



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
PPG/MDR

HELOANE BAIA NOGUEIRA

REPRESENTAÇÕES COLONIAIS EM SIMÁ -
ROMANCE HISTÓRICO DO ALTO AMAZONAS, DE LOURENÇO ARAÚJO AMA-
ZONAS: CULTURA E IDENTIDADES EM UMA LEITURA PÓS-COLONIAL

MACAPÁ
2019

HELOANE BAIA NOGUEIRA

**REPRESENTAÇÕES COLONIAIS EM SIMÁ: ROMANCE HISTÓRICO DO ALTO
AMAZONAS, DE LOURENÇO ARAÚJO AMAZONAS: CULTURA E IDENTIDADE
EM UMA LEITURA PÓS-COLONIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Yurgel Pantoja Caldas.

MACAPÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

Nogueira, Heloane Baia.

Representações coloniais em *Simá - romance histórico do alto Amazonas*, de Lourenço Araújo Amazonas: cultura e identidades em uma leitura pós-colonial / Heloane Baia Nogueira ; Orientador, Yurgel Pantoja Caldas. – Macapá, 2019.

78 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Identidade. 2. Representações sociais. 3. Pós-Colonialismo na literatura. 4. Amazônia. I. Caldas, Yurgel Pantoja, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

981 N778r
CDD. 22 ed.

HELOANE BAIA NOGUEIRA

**REPRESENTAÇÕES COLONIAIS EM SIMÁ: ROMANCE HISTÓRICO DO ALTO
AMAZONAS, DE LOURENÇO ARAÚJO AMAZONAS: CULTURA E IDENTIDADE
EM UMA LEITURA PÓS-COLONIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional PPG/MDR da Universidade Federal do Amapá, na área de concentração Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Yurgel Pantoja Caldas.

DATA DE DEFESA: 30/09/2019



Orientador: Prof. Dr. Yurgel Pantoja Caldas
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPMDR)
Universidade Federal do Amapá



Examinador: Prof. Dr. José Francisco de Carvalho Ferreira
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPMDR)
Universidade Federal do Amapá



Examinador: Prof. Dr. Rosivaldo Gomes
Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET)
Universidade Federal do Amapá

MACAPÁ
2019

Gostaria de dedicar este trabalho a Deus, que nunca me abandonou nos momentos difíceis. Ele teve papel essencial na realização de cada linha dessa pesquisa.

Dedico também às famílias Gomes, Baia e Nogueira, que foram meu apoio quando mais precisei de um ombro amigo.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação tornou-se realidade devido à contribuição e à compreensão de amigos e familiares. Assim, quero expressar meus agradecimentos àqueles que me ajudaram direta e indiretamente neste trabalho de pesquisa:

Ao professor orientador, Yurgel Caldas Pantoja, pelos frutíferos anos de convivência acadêmica que nos possibilitou o reencontro na pós-graduação, trazendo, em qualquer circunstância, orientações pertinentes, apoio e paciência constantes;

À minha mãe, Maria José, e ao meu pai, Antônio Ferreira, pelo apoio e pela compreensão nessa jornada, que no meio do caminho me mostraram força e coragem para seguimos, sempre me ensinando os limites da interpretação de palavras com respeito carinho e compreensão;

Aos meus familiares (irmãos, sobrinhos, cunhados e cunhadas, tios e tias), que me aturam durante minhas crises e me apoiaram a continuar nesta pesquisa, mesmo não compreendendo esse meu mundo acadêmico;

À minha cunhada Edilany Mendonça, que muito me incentivou e me auxiliou durante o período de escrita deste trabalho;

Ao meu amigo Rosivaldo Gomes, parceiro, companheiro, idealizador e voz intelectual que sempre conduziu e certamente conduzirá esta e outras conquistas;

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional;

Às professoras Dra. Eugênia Foster e Dra. Regina Nascimento, pelas importantes contribuições quando do exame de qualificação desta pesquisa;

À minha segunda mãe, Nazaré Gomes (*in memoriam*), que não está mais entre nós, mas continua sendo minha maior força na vida. Sua lembrança me inspira e me faz persistir.

À estimada Adelma Barros-Mendes, amiga que sempre me conduzia com palavras sábias que me deram forças para a concretização desta pesquisa;

À amiga Silvia Bentes, pelas longas caminhadas e risadas durante as aulas ministradas no MDR/UNIFAP;

À Monnya Karollyne, pelo cuidado e carinho durante os auxílios de informações sobre a realização das atividades deste mestrado.

A todos, meu muito obrigada!

A colonialidade do poder e a dependência histórico-estrutural implicam ambas a hegemonia do eurocentrismo como perspectiva epistemológica. No contexto da colonialidade do poder, a população dominada, nas novas identidades que lhes haviam sido atribuídas, foram também submetidas à hegemonia eurocêntrica como maneira de conhecer, na medida em que alguns de seus setores puderam aprender a língua dos dominadores. Portanto, o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia. (QUIJANO, 2009, p. 74-75).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Configuração geral do Romantismo	17
Quadro 2	Características do Romantismo no Brasil	18
Organograma 1 ..	Relação entre os personagens no enredo	43
Quadro 3	Seleção dos personagens para serem analisados	44

RESUMO

Os estudos sobre literatura com o viés de problematizar não somente o estético, mas também a correlação entre a arte literária e questões de cunho social, e também aspectos socioculturais, políticos, econômicos, morais e identitários, apresentam-se como um caminho cada vez mais promissor para as pesquisas nessa área. De maneira mais específica, é perceptível que os estudos literários, hoje em diálogo com os estudos culturais, têm mostrado também a necessidade de análises que tragam contribuições, a partir de uma crítica pós-colonial, aos estudos de literários, principalmente em relação aqueles escritos às margens do cânone literário. Nesse sentido, delimita-se como tema de investigação nesta dissertação aspectos de colonização na constituição de romances históricos escritos sobre a Amazônia do século XIX, sendo focalizado a representação identitária e cultural de alguns personagens em uma discussão a partir dos estudos das Teorias Pós-coloniais. Como objeto de estudo delimitou-se a obra *Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas*, escrita por Lourenço da Silva Araújo Amazonas, que tem como objetivo geral analisar os efeitos do processo de colonização na instituição das identidades de alguns personagens da obra *Simá*. Como objetivos específicos intentou-se: i) contextualizar o romance histórico *Simá*, relacionando-o com os Estudos Pós-Coloniais e ii) discutir e examinar a constituição identitária dos personagens Marcos ou Severo (indígenas e portugueses), *Simá* e *Iaiá* (mamelucas e indígenas) e *Régis* (Português) na obra *Simá* a partir Estudos Pós-Coloniais. Para o desenvolvimento desses objetivos, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: a) de que modo ocorre a representação de identidades coloniais em *Simá: Romance do Alto Amazonas*, de Lourenço Araújo Amazonas? Para a análise pertinente ao tema, ao objeto de estudo e aos objetivos foram delimitadas discussões teóricas que tratam sobre o romance histórico, estudos sobre as teorias pós-coloniais e estudos sobre identidade, bem como sobre colonização, colonialismo e descolonialidade. Os resultados mostram que o conjunto de análise apresentado evidência como a obra ficcional *Simá* apresenta a produção discursiva acerca do poder da colonização e do colonizador nas configurações das representações identitárias-culturais presentes na Amazônia. Isso demonstra também como o poder do processo da cultura europeia, principalmente portuguesa, imperou fortemente no contexto da Amazônia a partir do projeto imperialista de colonização, que ilustra a estrutura da dominação cultural e, especificamente para os povos outrora dominados, os perigos e tentações de se empregar essa estrutura sobre si mesmo e sobre os outros.

Palavras-chave: Identidades. Representações. Estudos Pós-Coloniais. Amazônia.

RÉSUMÉ

Les études sur la littérature avec le parti pris de problématiser non seulement l'esthétique mais aussi la corrélation entre l'art littéraire et les questions de nature sociale, mais aussi les aspects socioculturels, politiques, économiques, moraux et identitaires, se présentent comme une voie de plus en plus prometteuse pour la recherche dans ce domaine. Plus précisément, on constate que les études littéraires, aujourd'hui en dialogue avec les études culturelles, ont également montré la nécessité d'une analyse qui apporte des contributions, d'une critique postcoloniale, aux études des littéraires, en particulier par rapport à celles qui sont écrites en marge du canon littéraire. En ce sens, cette thèse définit comme thème de recherche les aspects de la colonisation dans la constitution de romans historiques écrits sur l'Amazonie du XIXe siècle, se concentrant sur l'identité et la représentation culturelle de certains personnages dans une discussion basée sur les études des théories postcoloniales. Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas, écrit par Lourenço da Silva Araújo Amazonas, a été délimité comme objet d'étude dans le but général d'analyser les effets du processus de colonisation dans l'institution des identités de certains personnages du Simá : Romance Histórico do Alto Amazonas travail : i) contextualiser le roman historique Simá, en le reliant aux études post-coloniales et ii) discuter et examiner la constitution identitaire des personnages Marcos ou Severo (indigènes et portugais), Simá et laiá (mamelucas et indigènes) et Régis (portugais) dans le travail Simá des études post-coloniales. Pour le développement de ces objectifs, la question de recherche suivante a été élaborée: a) comment se produit la représentation des identités coloniales dans Simá: Romance do Alto Amazonas, de Lourenço Araújo Amazonas ? Pour l'analyse pertinente au thème, à l'objet d'étude et aux objectifs, des discussions théoriques ont été délimitées qui traitent du roman historique, des études sur les théories post-coloniales et des études sur l'identité, ainsi que sur la colonisation, le colonialisme et la décolonisation. Les résultats montrent que l'ensemble de l'analyse a présenté des preuves telles que le travail fictif Simá présente la production discursive sur le pouvoir de la colonisation et le colonisateur dans les configurations des représentations identitaires et culturelles présentes en Amazonie. Cela montre aussi comment le pouvoir du processus de la culture européenne, principalement portugaise, a fortement régné dans le contexte de l'Amazonie à partir du projet impérialiste de colonisation, qui illustre la structure de domination culturelle et, en particulier pour les peuples autrefois dominés, les dangers et les tentations d'employer cette structure sur eux-mêmes et les autres.

Mots-clés: Identités Représentations. Études postcoloniales. Amazon.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O ROMANCE HISTÓRICO	12
2.1	O Romance: Dos Gêneros Literários à Teoria do Romance	12
2.2	O Projeto Literário do Romantismo	16
2.3	O Romance Histórico na Europa e no Brasil	21
3	ESTUDOS PÓS-COLONIAIS: COLONIZAÇÃO, COLONIALIDADE E IDENTIDADES	25
3.1	Da Colonização à Colonialidade e aos Estudos Pós-Coloniais	25
3.2	Identidades: Múltiplas Interpretações	36
3.3	Identidades Culturais e Representações	39
4	METODOLOGIA – ANÁLISE PÓS-COLONIAL DO ROMANCE SÍMA	41
4.1	A Pesquisa Qualitativa nos Estudos Pós-Coloniais	41
4.2	Descrição do <i>Corpus</i>	43
4.3	Análise dos dados	44
4.3.1	Brasil Colônia: Da expansão Marítima ao Projeto de Ocupação	44
4.3.2	Amazônia Brasileira: A conquista e a Ocupação	46
4.4	Simá: Contexto de um Romance Histórico Amazônico	50
4.4.1	(In)visibilidades identitárias em Simá: o colonizador e seu <i>modus operandi</i> na Amazônia	53
4.5	Iniciando a Leitura Pós-Colonial em Simá: a Viagem, a Floresta e as Representações	54
4.6	O regatão Régis e o indígena Marcos ou Português Severo: identidades subalternas na Literatura Amazônica Colonial	57
4.7	Simá: A Indígena e as (Re)Configurações Identitárias	63
4.8	Iaiá: A Mameluca Clara de Pele Branca e Rosada	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	71
	ANEXO A – PÁGINAS DO LIVRO ORIGINAL	77
	ANEXO B - REEDIÇÕES DA OBRA	78

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre literatura que problematizam não somente o estético, mas também a correlação entre a arte literária e questões de cunho social, isto é, aspectos socioculturais, políticos, econômicos e morais (CÂNDIDO, 2006), apresentam-se como um caminho cada vez mais promissor para as pesquisas nessa área. De maneira mais específica, é perceptível que os estudos literários, hoje em dialógico com os estudos culturais, têm mostrado também a necessidade de análises que tragam contribuições, a partir de uma crítica pós-colonial, aos estudos de literários, principalmente em relação àqueles escritos às margens do cânone literário.

Nesse sentido, delimita-se como tema de investigação nesta dissertação aspectos de colonização na constituição de romances históricos escritos sobre a Amazônia do século XIX, sendo focalizado a análise de representação identitária e cultural de alguns personagens em uma discussão a partir dos estudos das Teorias Pós-coloniais.

Como objeto de estudo delimitou-se a obra *Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas*, escrita por Lourenço da Silva Araújo Amazonas, nascido na Bahia em 9 de agosto de 1803 e falecido em 1864. Além de ter sido oficial da Marinha do Brasil, Lourenço foi etnógrafo e escritor, tendo participando de comissões no Pará e permaneceu muito tempo na Amazônia, tendo muito conhecimento sobre o rio Amazonas e seus afluentes, a partir do qual escreveu, em 1852, o Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas, que se encontra nos anais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Cinco anos mais tarde, Amazonas lançou em Recife aquele que é considerado o primeiro romance sobre a Amazônia, intitulado *Simá*¹.

Considerando essa apresentação da obra e de seu autor, esta dissertação, inscrita na linha de pesquisa Sociedade, Cultura e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP), tem como objetivo geral analisar os efeitos do processo de colonização na constituição das identidades de alguns personagens da obra *Simá*. Como objetivos específicos temos: i) caracterizar o romance histórico no contexto nacional e interna-

¹ Para diferenciar *Simá* (obra) e *Simá*, (personagem fictício), quando se tratar da obra *Simá*, este nome estará em formato itálico.

cional; ii) contextualizar os estudos pós-coloniais, apresentando conceitos centrais dessas teorias e iii) discutir a constituição identitária dos personagens Marcos ou Severo (indígena e português), Simá e Iaiá (mameluca e indígena) e Régis (português) na obra *Simá*, a partir dos Estudos Pós-coloniais.

Para o desenvolvimento desses objetivos, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: de que modo ocorre a representação de identidades coloniais em *Simá: romance do Alto Amazonas*, de Lourenço Araújo Amazonas? Para a análise pertinente ao tema, ao objeto de estudo e aos objetivos, foram delimitadas discussões teóricas que tratam sobre o romance histórico, sobre as teorias pós-coloniais e estudos sobre identidade na visão de Mignolo (2008), Bhabha (2013), Hall (2003) bem como sobre colonização, colonialismo e descolonialidade, Quijano (2002).

A relevância deste estudo justifica-se na necessidade tanto teórica quanto sociocultural e literária de se entender a Amazônia em seus aspectos regionais e culturais, bem como literários, haja vista o fato de que desde o momento da ocupação das terras brasileiras pelos europeus, essa região configura-se como objeto de estudos, descrição de relatos de viajantes, documentos oficiais históricos, relatórios botânicos, filmes e de textos de literatura de viagens e literatura em geral.

Dividido em três partes, este trabalho elabora no seu primeiro capítulo, uma discussão sobre os estudos a respeito dos romances histórico, suas especificidades, características e contribuições para o campo literário. No segundo capítulo, discute-se sobre uma revisão sobre alguns conceitos dos Estudos Pós-coloniais, mais especificamente, no que diz respeito às novas formas epistemológicas quanto ao conceito de “pós-colonialismo” e sua relação com os estudos literários.

No terceiro e último capítulo analisa-se da contextualização da obra *Simá*, o trabalho se detém sobre os personagens Marcos ou Severo (indígena e português), Simá (mameluca), Iaiá (indígena e portuguesa) e Régis (português), evidenciando as leituras pós-coloniais. O acompanhamento desse processo permite-nos indicar as transformações nas identidades dos personagens que, na obra, apreender nossa atenção para o passado colonial, de maneira a discutir a relação de representatividade dos indivíduos em uma sociedade pós-colonial, no presente

2 O ROMANCE HISTÓRICO

No romance histórico (...) trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. E é uma lei da figuração ficcional (...) que, para evidenciar as motivações sociais e humanas da ação, os acontecimentos mais corriqueiros e superficiais, as mais miúdas relações (...) são mais apropriadas que os grandes dramas monumentais da história mundial. (LUKÁCS, 2011, p. 60).²

Neste primeiro capítulo, apresenta-se um breve panorama histórico sobre a evolução dos gêneros literários. Essa mirada histórica considerará, num primeiro momento, a Teoria do Romance e na parte seguinte o Romance Histórico. Considera-se aqui a importância de se trabalhar a Literatura nesta pesquisa com o fim de se compreender o universo social, histórico e cultural do objeto de estudo configurado a partir dos personagens, não sendo, portanto, apenas o estudo da obra literária, mas sim a intrínseca relação dessa com questões sociais, coloniais, identitárias e discursivas, como se pode depreender da obra *Simá: romance do Alto Amazonas*, do autor Lourenço Araújo Amazonas.

2.1 O Romance: Dos Gêneros Literários à Teoria do Romance

As primeiras reflexões sobre gêneros literários surgiram na Grécia Antiga, berço da Literatura Ocidental, elaboradas por pensadores como Platão (428-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C), que atribuíram aos gêneros a referência como representação do estado da arte – a *mimesis*³. Segundo Soares (2007), a base de todos os gêneros também se fundamenta na imitação, sendo que aqueles pensadores definiram os textos literários em três grandes categorias (gêneros): épico, lírico e dramático. Dentro dos Estudos Literários, muitos autores definem os gêneros como sendo a forma como o escritor vê e observa o mundo. O autor de determinada peça

² As citações como marcação em itálico estão sendo usadas para demarcação de epígrafes que abrem alguns dos capítulos ou seções. Tal marcação serve para se diferenciar citações que servem para fundamentar algumas discussões.

³ Segundo o dicionário de Termos Literários, o termo é oriundo da palavra grega *mímesis*, “imitação” (*imitatio*, em latim), e designa a ação ou a faculdade de imitar. Nesse sentido, a *mímesis* consiste em copiar, reproduzir ou representar a natureza, o que constitui, na filosofia aristotélica, o fundamento de toda a arte.

literária, portanto, pode perceber o mundo de forma trágica e também pode expressar-se de forma cômica (elementos do gênero dramático).

Além disso, Soares (2007) e Brunetière (2013) também designam os gêneros literários como uma família de obras literárias dotadas de características iguais ou semelhantes, mas que, com o passar dos anos, com a evolução da sociedade e do pensamento do homem, vão se reconfigurando, isto é, suas formas de interpretação vão sendo modificadas. Cabe destacar ainda que com a chegada da Era Medieval, os gêneros literários modificaram-se a partir de um rompimento em relação ao modelo da antiguidade clássica e, nesse sentido, receberam novos conteúdos, definições, no contexto da sociedade feudal e passaram a ser – popularmente conhecidos por Epopeia, Tragédia e Comédia (SOARES, 2007).

Nesse contexto, Moisés (2006, p.159) explica que,

[...]como decorrência, a epopeia, considerada, na linha da tradição aristotélica, a mais elevada expressão de arte, cede lugar a uma forma burguesa: o romance, a demofilia que varre as mentes lúcidas e insatisfeitas da Europa do tempo, determina o aparecimento de uma literatura feita pelo, para e com o povo, especialmente a nova classe ascendente, a burguesia. Ora, nada mais natural que a prosa, "objetiva", descritiva e narrativa, viesse a ocupar o espaço da poesia épica.

Assim, a poesia sai de cena para dar espaço à narrativa, com privilégio para a prosa. O romance, então, passa a representar o papel que antes era da epopeia, mas ainda com o mesmo objetivo – constituir a representação de um povo, por meio da construção panorâmica de uma sociedade. O romance foi, assim, a voz de um povo que fugia de nuances líricas e se via diante das repercussões da vida alheia representada, agora, em forma de prosa. Dessa maneira, durante o século XIX, com a ascensão socioeconômica da burguesia, a hegemonia do romance ganha destaque à medida que este representa o universo burguês. Mas foi em meados do século XVIII, com o início do Romantismo Alemão, que se passa a questionar a teorização prescritiva e normativa em prol da liberdade de criação e da hibridação dos gêneros.

Assim, para Soares (2007, p. 42), o

romance vem a ser a forma narrativa que, embora sem nenhuma relação genética com a epopeia (como nos demonstram as teses

mais avançadas), a ela equivale nos tempos modernos. E, ao contrário da epopeia, como forma representativa do mundo burguês, volta-se para o homem como indivíduo. Não tendo existido na Antiguidade, essa forma narrativa aparece na Idade Média, com o romance de cavalaria, já como ficção sem nenhum compromisso com o relato de fatos históricos passados.

Em linhas semelhantes, para Schuler (1989) foi no Romantismo que os gêneros literários passaram a ser vistos como produções socioculturais modificáveis, uma vez que, dentro das mudanças históricas, a realidade social prevalecia. Nesse sentido, o romance, na visão de Schuler (1989), é um testemunho sobre o declínio da Idade Média, já que, segundo o autor, ao invés da imobilidade, o romance toma a consciência da transformação. Assim, no Romantismo – entendido aqui como estilo de época – ocorre o abandono do caráter sagrado e mítico das epopeias calcadas no modelo clássico antigo e entrada em cena um herói que apresenta características muito mais próximas do homem comum, o que representa também a preocupação do homem na sociedade.

De acordo com o James (?), o romance que atualmente é fruto do fluxo de consciência e das análises psicológicas (CARVALHO, 1981; HUMPHREY, 1976), é quando o autor, ao transcrever o processo de pensamento de um personagem, busca o processo de associação dos pensamentos (sensações e emoções) do real, que ora opta por descrever uma forma de realismo maravilhoso e ora por uma ficção-ensaio.

Nesse sentido, Soares (2007) classifica o romance hoje como uma forma narrativa, tendo como elemento característico o homem como indivíduo. Em seguida, a autora define o romance, na Idade Média, como romance de cavalaria, sem compromisso com o relato histórico. Assim, para Soares (2007, p. 43),

Não tendo existido na Antiguidade, essa forma narrativa [romance] aparece na Idade Média, com o romance de cavalaria, já como ficção sem nenhum compromisso com o relato de fatos históricos passados. No Renascimento, aparece como romance pastoril e sentimental, logo seguido pelo romance barroco, de aventuras complicadas e inverossímeis, bem diferente do romance picaresco, da mesma época.

Em termos semânticos e históricos, a palavra “romance” deriva do latim e, segundo Moisés (2006, p. 157), o termo

Deve ter-se originado do provençal *romans*, que deriva por sua vez da forma latina *romanicus*; ou teria vindo de *romanice*, que entrava na composição de *romanice loqui* ("falar românico", latim estropiado no contato com os povos conquistados por Roma), em oposição a *lanne loqui* ("falar latino", a língua empregada na região do Lácio e arredores).

Concomitantemente a essa visão de Moisés, Schuler (2000, p. 5) salienta que entre os moradores antigos dos domínios romanos falava-se à sua maneira a língua *romance*, como ressaltado pelo autor "romance era primitivamente o latim do povo". Assim, a expressão "falar românico" ganhou destaque durante a Idade Média, sendo que, com o tempo, começou-se a associar esse falar às narrativas de caráter fantasiosas e imaginativas, rotulando-se as prosas e os versos como romances de cavalaria. Por sua vez, Moisés (2006, p.157) explica ainda que, como denotação literária, o sentido pejorativo adquirido pelo vocábulo "romance" corresponde a uma "descrição exagerada, fantasista" relacionada à relação amorosa entre os sexos. Nesse caso, a palavra guarda o que ele chama de uma "atmosfera de segredo, de fruto proibido". Assim, a palavra *romance* vai ganhando sentido em outras línguas, como em inglês *novel*, que corresponde a *romance* e em francês *roman*, em italiano *romanza* e em espanhol *romance*.

Cabe destacar também a visão de Roncari (1995, p. 286), para quem o Romantismo é entendido como

Uma visão de mundo, uma forma de o homem de determinado período histórico, no caso da primeira metade do século XIX, representar e interpretar o próprio homem e o mundo a partir do conhecimento e valores da época. Para a plasmação de uma nova visão de mundo contribuem não só os avanços do conhecimento científico e filosófico como também nas formas econômicas e sociais de organização da vida, as conjunturas políticas e toda ordem de fatos que dizem respeito ao homem.

Tal concepção realça as características históricas do Romantismo, pois a vida em torno do homem passa a ser relatada e levada em conta na prosa romanesca. Nesse sentido, o Romantismo, enquanto visão de mundo foi uma reação aos valores éticos e intelectuais ilustrados e clássicos, bem como aos fatos históricos mais marcantes dos séculos XVIII e XIX. Um elemento chave do pensamento ro-

manesco, segundo Roncari (1995), foi à visão crítica sobre o movimento desencadeado pela burguesia com a visão idealizadora do indivíduo como um ser original e singular.

Nesse sentido, o indivíduo possuía uma essência dotada de gênio e liberdade, visão questionada pela alienação a que teria de se sujeitar, incompatível com o modo de vida da burguesia. Dessa maneira, segundo Pagnam (2010), a ascensão do romance ocorreu por diversos fatores, sobretudo por narrar à vida e o cotidiano dos burgueses e por se ater às ações cotidianas dos indivíduos seguindo a perspectiva individualista da ideologia burguesa.

O movimento romântico, para romper com a postura racional da estética árcaica, interpreta a realidade pelo filtro da emoção, com a combinação de originalidade e subjetividade, pela referência à estética definida pela expressão da imaginação, da criatividade individual e das emoções. Assim, o termo Romantismo representa uma ruptura com os padrões clássicos de beleza.

2.2 O Projeto Literário do Romantismo

O objetivo do projeto literário do Romantismo, de modo geral, focou na valorização do indivíduo, na divulgação dos valores burgueses (trabalho, sacrifícios e esforço) e por fim na exaltação do amor à pátria e dos símbolos nacionais. Em decorrência do processo revolucionário que aboliu o Antigo Regime, no qual os pensamentos ideais derivavam da nação, do povo comum com o todo e não mais de um súdito rei, o nacionalismo foi uma das características mais importantes do Romantismo. No Brasil, tais elementos dirigiram-se para o surto nacionalista gerado pela Independência do Brasil e pela preocupação dos poetas e escritores com o passado nacional e com nossa identidade histórica e cultural (MOISÉS, 2006).

Com o contexto histórico mundial, muitas questões e ações ocorreram, como a Revolução Industrial (período entre 1760 a algum momento entre 1820 e 1840); Revolução Francesa (5 de mai.de 1789 – 9 de nov.de 1799); Era napoleônica (9 de nov. de 1799 – 28 de jun. de 1815). No Brasil, o contexto histórico é a Independência do país (dia 7 de setembro de 1822); vinda da Família Real (28 de novembro de 1808); Campanhas Abolicionistas (início da década de 1880).

Assim, uma sociedade que se desenvolveu sob a influência dos filósofos ilu-

ministas, valorizava os processos racionais e as posturas coletivas. Buscando mudar essa mentalidade, os românticos passaram a escrever, como se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1 - Configuração geral do Romantismo

SUBJETIVISMO	Tendência a reduzir toda existência em pensamento geral.
EGOCENTRISMO	O eu tomado como sendo o centro único de interesses.
IDEALIZAÇÃO DA MULHER, DO AMOR E DO HERÓI	A mulher romântica é tida como semideusa: apresenta inúmeras virtudes e é muito próxima da perfeição absoluta; O amor é um regenerador do caráter e sobrepõe-se a tudo e a todos; O herói romântico apresenta certas características indignas, mas que não revelam má índole, e sim uma atitude contrária ao mundo como ele é, movidos pelos sonhos e incompreendido.
ESCAPISMO	Tendência de escapar de uma situação que pareça molestante, causando sempre à fuga de realidade.
PÉSSIMISMO	A supremacia do mal sobre o bem, levando ao conformismo ou às atitudes escapistas.
RELIGIOSIDADE	Uso da religião como salvação, tendo o monoteísmo e o medo de pecar presentes nas obras românticas.

Fonte: Adaptado de Moisés (2001).

Nesse cenário, observa-se que a morte é um elemento que possibilita a fuga do real, manifestando-se como uma opção do alívio dos mares do mundo. Também era representada como encontros dos amantes separados pelos obstáculos da vida. Além da morte, o espaço dos sonhos também se destacava como a fuga da realidade, bem como os atos heroicos, sentimentos nobres. Destacavam-se, também, características do regresso histórico, da construção de povo e o reconhecimento de sua identidade. Vale lembrar que romances brasileiros e portugueses exploram bastante essa tendência identitária (MOISÉS, 2001).

Ainda dentro do contexto característico do projeto romântico, nascem, no Brasil, obras na poesia, na prosa e no teatro. Esse movimento no Brasil tomou pulso após as movimentações literárias em Portugal, tendo como características a exaltação dos sentimentos pessoais; o egocentrismo; a idealização e a valorização da natureza. Assim, surgem obras com viés mais nacionalista ou indianista, com as seguintes características que podem ser visualizadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Características do Romantismo no Brasil

ELEMENTOS	CARACTERÍSTICAS NAS OBRAS LITERÁRIAS
NACIONALISMO OU INDIANISMO	Retoma o ideal do cavaleiro medieval, assim, havia a necessidade de um ícone fundador, a figura de um herói.
APROXIMAÇÃO DE CONTRÁRIOS	Há a fusão de elementos contrários (antitéticos ou paradoxais), a saber, a mistura entre a paz e a guerra, o belo e o feio.
BYRONISMO OU MAL DO SÉCULO	Inspirado na vida e escrita do poeta inglês Lord Byron. Ele tinha um estilo de vida envolto a problemáticas como, bebida, fumo, vícios. Na literatura caracteriza-se pelo egocentrismo e o pessimismo.
EGOCENTRISMO	O “eu” no centro da escrita. Vários escritores destacam os sentimentos individuais acima de tudo.
EXALTAÇÃO DOS SENTIMENTOS PESSOAIS (INDIVIDUALISMO E SUBJETIVISMO)	Destaca-se pelo uso dos verbos na primeira pessoa, trazendo a visão do eu lírico sobre as saudades, angústias, desilusão do ser e estar. Assim, expressão como os estados da alma e um sentimentalismo exacerbado.
IDEALIZAÇÃO	Envolto a um excesso de sentimentalismo e imaginação dos assuntos que escreve, em especial, a mulher, o indígena e a pátria.
VALORIZAÇÃO DA NATUREZA	Apresenta-se muitas vezes a natureza o sentimento do eu lírico, interagindo com o mesmo. Ela pode estar presente em diferentes formas, em tempos nublados, ensolarados, nas flores, nos campos.

Fonte: Adaptado de Moisés (2001).

Segundo Moisés (2012), *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe, publicada em 1774, marcam o início do Romantismo na Europa. Nessa obra, o personagem principal se apaixona por uma moça comprometida, chamada Charlotte. O marco da obra é o jovem que se suicida com a impossibilidade amorosa. No contexto português, a obra *Camões*, publicada em 1825, por Almeida Garrett, inicia o Romantismo português. No Brasil, o movimento literário traz a publicação de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, publicada em 1837, como o início desse movimento literário, sendo que no Brasil ele se finda oficialmente em 1881, com a publicação das obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e *O Mulato*, de Aloísio Azevedo.

Nesse sentido, o Romantismo dividiu-se em três fases na Europa e no Brasil, seguindo um modelo peculiar denominado de “gerações”. De acordo com Schuler (2000), a relação da vinda da família Real Portuguesa para o Brasil e a declaração de Independência do Brasil fizeram nascer a primeira geração romântica, configurando-se como a busca entre os artistas de símbolos, que caracterizassem a verdadeira identidade brasileira em versos e prosas. E, nesse caso, os símbolos naciona-

listas escolhidos foram o regaste do índio e da natureza exuberante.

Durante o segundo momento, as temáticas amor e morte marcam os princípios ultrarromânticos desse movimento, tanto no Brasil quanto em Portugal. Um período exacerbado de um subjetivismo pessimista, um desejo enorme de evasão da realidade, atração e curiosidade pelo mistério, uma discrepância da relação do artista na sociedade. Assim, a morte representa o caminho que livra o indivíduo do sofrimento (RONCARI, 2002). Já a terceira Geração, apresenta temas relacionados a questões sociais, sendo conhecida como Condoreirismo, que retratava as marcas de liberdade e questões de caráter social e político (MOISÉS, 2001). Era o momento de conflitos entre liberdade e escravidão, a idealização amorosa já não fazia sentido para os poetas.

Assim, a ética da luta pelos mais fracos foi um fator primordial da escola literária romântica no Brasil e na busca de uma identidade nacional, principalmente na terceira geração. Para se articular em busca de uma identidade própria, esta ética buscava superar o etnocentrismo europeu, e propondo a existência de um diálogo intercultural. No Brasil, de acordo com Abdalla e Campedelli (2004), o gênero romanesco emergiu em meio às lutas do processo da independência, período da valorização da consciência da nacionalidade brasileira na busca de se desprender política e administrativamente dos portugueses. Para Paolinelli (2004), o nacionalismo romântico foi caracterizado pelo orgulho da diferença e pelo sublinhar dos traços que ao longo dos tempos, identificaram um determinado povo e o tornaram único, uma vez que a independência política tinha sido relativamente recente no Brasil.

Ainda para Paolinelli (2004), no Brasil, havia uma necessidade de construção de uma visão própria do passado, o que fez com que nascesse a nova corrente teórica do nacionalismo. O período nacionalista teve uma importância a mais que um simples pensamento literário, representando a tomada de consciência da particularidade identitária brasileira, não se podendo considerar mais a cultura europeia, o comportamento português, já que os brasileiros não queriam ser “reinóis” ou “filhos de Portugal”, mas também não se podendo considerar indígenas. Sobre tal realidade, Roncari (1995, p. 278) aponta as seguintes questões

Quem éramos então? O que era ser brasileiro? O que deveria ser o brasileiro? De onde vínhamos e para onde íamos? Éramos piores ou melhores que o colonizador europeu? Que parentesco tínhamos com

o indígena e como deveríamos considerá-lo? Eram perguntas como essas que inquietavam os homens cultos da época.

Foi, portanto, a partir dessas indagações, após a Independência, que surgiram os questionamentos sobre a formação de uma identidade brasileira. Vale lembrar ainda que, durante o surgimento o Romantismo, o pensamento na época estava voltado para a valorização da terra natal (um exemplo são as obras de José de Alencar, que buscaram relacionar a imagem da nação brasileira aos seus encantos naturais), características regionalistas e à crítica da civilização urbano-burguesia europeia. Idealizando assim, a imagem de “heróis” “fortes guerreiros” às populações indígenas que viviam em florestas, como na obra romântica *O guarani* de José de Alencar (MOISES, 2001).

Roncari (1995) também destaca que essa valorização sobre a característica de uma cultura para os europeus, sobretudo acentuada após a derrota de Napoleão e da sua política universalista de uma “Europa Francesa”, contribuiu para os questionamentos dos pensamentos de grandes poetas literários possuidores de termos uma identidade própria, sendo que é nesse momento que nasce o espírito romântico de delimitar a participação indígena na constituição do povo. Além do indígena, o país era valorizado pela forte presença do mundo natural – rios e florestas em oposições ao ambiente urbano.

No entanto, têm-se em Mário de Andrade (1893-1945), por exemplo, uma problematização deste nacionalismo a partir do elemento indígena no Romantismo brasileiro, quando expressa, claramente, o porquê de sua preocupação nacional: “Nós só seremos de deveras uma Raça o dia em que nos tradicionalizarmos integralmente e só seremos uma Nação quando enriquecermos a humanidade com um contingente original e nacional de cultura”. (ANDRADE, 1883, p. 18).

Podemos ver nessa frase, que Andrade vincula a consolidação nacional ao cultural, à cultura de exportação que o Brasil deve oferecer ao mundo, por isso, realiza um trabalho de reconstruir o País a partir da narrativa. O nacionalismo cultural presente na obra de Andrade se caracteriza por dois elementos centrais: o resgate da cultura popular brasileira e a crítica ao que poderíamos denominar de internacionalismo precoce. O autor aborda a questão nacional como um processo com etapas lineais, primeiro há que se construir um Brasil a partir do cultural e então poder apresentá-lo ao mundo. (RONCARI, 2002).

Assim, o nacionalismo pode e deve se tornar universal, mas para isso primeiro deve existir. Mediante isso, Roncari (1995) mostra que a representação do tempo para os românticos também mudou, pois o que antes podia ser simbolizado pela roda de fortuna, ou pela repetição de ciclos da natureza (nascimento, vida e morte), com o Romantismo, o tempo passou a adquirir o elemento histórico como mudança de vida.

Outro fator relevante ocorre no espaço brasileiro, onde o nacionalismo encontrou solo fértil, alimentando-se de um forte sentimento de independência que importava legitimar e consolidar a necessidade da nação. Tal fator caracterizou-se por várias vertentes, restauradora e progressista, buscando sempre assegurar uma identidade nacional que expressasse uma separação de Portugal, buscando-se, para isso, os elementos históricos de origem nacional. Portanto, ao nacionalismo liga-se à ideia de amor pela pátria e pelo progresso da nação, como o entende José de Alencar, devendo a literatura servir aos dois princípios, já que quanto mais nacional ela fosse, mais válida e consolidada essa literatura seria. (PAOLINELLI, 2004).

Assim, autores como Paolinelli (2004), Roncari (1995), Abdalla Jr. e Campedelli (2004) mostram que no período do Romantismo a literatura, a crítica e a historiografia partilham do desejo de elevar a nação, precisamente por meio da valorização do que seria entendido como “próprio” em detrimento do “alheio”. Ora, nem todos os autores na época do Romantismo pensavam iguais. Alguns buscavam refrear o entusiasmo juvenil sobre as maravilhas das terras brasileiras.

Um grande percussor desse debate foi José de Alencar, que aproximou suas ideias sobre a exuberância do Brasil e a política externa que envolvia o período, com a obra de Gonçalves de Magalhães. As ideias em cima dos textos, que retravam os cânticos poéticos dessas nações, o maravilhoso dos antigos costumes desses povos, em conjunto com a força incompreensível da natureza e a saga, de sabor quase medieval, dos heróis europeus do Novo Mundo, deveria servir de base a uma literatura nova. (PAOLINELLI, 2004).

2.3 O Romance Histórico na Europa e no Brasil

A relação entre os elementos literários e os aspectos históricos na obra Simá: romance histórico do Alto Amazonas configurou-se como um dos elementos que

despertou o interesse para o presente estudo. Nesse sentido, cabe apresentar algumas discussões teóricas, não exatamente sobre a relação entre a tríade história x ficção x literatura, mas sim a respeito da configuração do romance histórico. Nesse sentido, sabe-se que dentre as várias gerações românticas, que exploraram diferentes gêneros e diferentes correntes pautadas, sobretudo no sentimentalismo, o termo romance histórico não é uma relação nova dentro do romantismo que muitas obras, há muito tempo, faziam alusão entre ficção e história.

Dentro dessa tradição literária, um dos pesquisadores que mais contribuiu para explanação das potencialidades, limitações e peculiaridades da Literatura em relação à História foi o filósofo György Lukács, que traçou um panorama profundo em relação ao problema da categoria do romance, em sua obra *O Romance Histórico*, publicada em 1947. O autor apresenta, em sua obra, um arcabouço teórico amplo e bastante consistente, e neste sentido, destaca que o

Romance histórico surgiu no início do século XIX, por volta da época da queda de Napoleão (*Waverley**, de Walter Scott, foi publicado em 1814). É óbvio que, já nos séculos XVII e XVIII, havia romances de temática histórica, e quem desejar pode até considerar as adaptações de histórias e mitos antigos na Idade Média "precursoras" do romance histórico e ir além, retrocedendo à China e à Índia. Mas por essa via não se encontrará nada que possa de algum modo iluminar, em sua essência, o fenômeno do romance histórico. Os chamados romances históricos do século XVII (Scudéry, Calprenède etc.) são históricos apenas por sua temática puramente exterior, por sua roupagem. Não só a psicologia das personagens, como também os costumes retratados são inteiramente da época do escritor. O mais famoso "romance histórico" do século XVIII, *O castelo de Otranto***, de Walpole, trata a história apenas como roupagem; somente importa aqui a exposição da curiosidade e da excentricidade do meio, e não o retrato artístico fiel de uma época histórica concreta. O que falta ao pretense romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo. (LUKÁCS, 2011, p. 33).

Walter Scott, segundo o autor, é considerado, portanto, pioneiro a tratar sobre o romance histórico, pois apesar de seus estudos serem considerados continuação direta do grande romance social realista do século XVIII "os estudos de Scott denotam um conhecimento muito intenso, muito pormenorizado dessa literatura e sua criação, em relação a de outros autores, significa algo inteiramente novo". (LUKÁCS, 2011, p. 47).

Nesse sentido, a obra de Lukács (2011) procura abarcar a interação histórica no romance histórico, a partir do presente e da dinâmica que envolve as transformações que foram fomentadas pela Revolução Francesa e pela herança iluminista, configurando assim novas formas de concepção sobre o objeto romance histórico a partir da ação dos homens com suas potencialidades e limitações. O romance histórico, nesse sentido, tem natureza ambígua e híbrida no seu caráter literário, mostrando traços de diálogos que diferenciam seus elementos. Podemos fazer referência a Victor Hugo, citado por Lukács como exemplo de quem constrói seus romances históricos com subjetividade e moralização da história:

Vitor Hugo, incomparavelmente mais significativo como homem e poeta, constrói seus romances históricos segundo esse mesmo princípio de subjetivação e moralização da história, e isso muito tempo depois de ter rompido com os princípios políticos do legitimismo reacionário e ter se tornado o guia literário e ideológico dos movimentos liberais de oposição. Sua crítica a Quentin Durward, de Scott, é muito característica de sua concepção desses problemas. Como homem e escritor mais significativo, sua posição sobre Scott é obviamente mais positiva que a de Vigny. De fato, ele reconhece com absoluta clareza as tendências realisticamente atuais da arte scottiana, o conhecimento de Scott da “prosa” dominante. Mas, precisamente esse grande aspecto realista do romance histórico scottiano, ele o vê como aquele mesmo princípio que deve ser superado por suas práxis, a práxis do romantismo. (LUKÁCS, 2011, p. 101).

Em relação ao cenário nacional, o romance histórico, a serviço do Romantismo brasileiro, visava relatar o momento dos primeiros contatos do europeu com a nova terra, carregando nas tintas, para um quadro, o heroísmo dos índios e a história (épica) de formação e desenvolvimento de um povo, já que no Romantismo, como estilo de época, o romance histórico faz parte de um percurso de investigação, resultado de uma conjuntura de busca e exaltação do sentimento nacional, produzindo assim um novo olhar para o conhecimento e o reconhecimento da História.

Nesse sentido, para Jameson (2007, p. 185) pode-se dizer que

O romance histórico articula uma oposição entre um plano público ou histórico (definido seja pelos costumes, acontecimentos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual, denotado pela categoria narrativa que denominamos personagens. A arte do romance histórico consiste na habilidade com que essa interseção é configurada e exprimida, em uma invenção singular que se produz de modo imprevisível em cada caso.

Em termos teóricos, o autor supracitado destaca que, na tentativa de dar conta dos processos históricos, diversos historiadores buscam os recursos da abordagem literária, considerando a narrativa memorialística de caráter histórico, para o estudo que dizem respeito à memória coletiva. Nesse aspecto, para Grecco (2014), o discurso histórico, compreendido na realização do romance histórico, pode ser assimilado como uma manifestação na perspectiva de uma pessoa, sempre contingente em relação às suas ideologias e às influências do presente histórico. Desse modo, não há uma história no singular, mas “histórias”. Ainda de acordo com Grecco (2014), cada historiador constrói uma possível história a partir de diferentes representações, o que lhe confere uma função política eminente.

3 ESTUDOS PÓS-COLONIAIS: COLONIZAÇÃO, COLONIALIDADE E IDENTIDADES

Pós-colonialidade, nesse sentido, não significa que a colonialidade terminou (do mesmo modo que pós-modernidade tampouco significa isso), mas sim que se reorganiza em seus alicerces (modernidade/colonialidade) (MIGNOLO, 2003, p.134).

Neste capítulo, apresenta-se uma revisão sobre alguns conceitos dos Estudos Pós-coloniais, mais especificamente, no que diz respeito às novas formas epistemológicas quanto ao conceito de “pós-colonialismo” e sua relação com os estudos literários e também discute-se de que forma o processo de colonização, para os estudos pós-coloniais, gerou mudanças no processo de representatividade, transformando a identidade em um fator sociocultural e múltiplo e, conseqüentemente, deslegitimando o teor inabalável do discurso hegemônico.

3.1 Da Colonização à Colonialidade e aos Estudos Pós-Coloniais

Atualmente, a literatura que passou a ser denominada de pós-colonial tem ganhado cada vez mais destaque e importância tanto no próprio âmbito literário quanto em outras áreas, como no campo sociológico, no histórico-político e no antropológico. Nesse viés, diversos pesquisadores e teóricos têm se debruçado sobre novas maneira de refletir sobre a literatura com base na análise das dominações exercidas sobre as populações que foram colonizadas, principalmente, ao longo dos últimos séculos, e sobre como essas populações são representadas em obras literárias, quer seja em uma configuração de colonização/colonialismo ou de colonialidade e pós-colonialismo, a partir de um conjunto de binarismos de classificações, tais como metrópole/colônia, colonizador/colonizado, superior/inferior e etc.

Dessa maneira, para iniciar a discussão, tratar-se-á, primeiramente, do termo *colonização/colonialismo*, compreendido como uma relação estabelecida entre os colonizadores/opressores e colonizados/oprimidos. O termo *colonialismo* define a situação de dependência política e econômica de países do Terceiro Mundo, mesmo que a conquista da independência política não encerre o processo de colonização. Nesse sentido, a ideia de colonização remete à visão de violência que fora imposta a

alguns países e, conseqüentemente, aos sujeitos colonizados, introjetando a visão de mundo do opressor nos dominados como uma condição universal e de “naturalizada”. Isso se deve, como relata Santos (2008, p.27-28), ao fato de que

Esta violência nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo. (SANTOS, 2008. p. 27- 28).

Nesse sentido, vemos que a estrutura colonial de poder produziu discriminações sociais, advindas do processo de colonialismo em seu sentido sistemático de dominação política de umas sociedades sobre outras (QUIJANO, 1992). Esse processo de formação do poder mundial não trata somente de subordinações de ordem econômica, mas de subordinações culturais de alguns povos sobre outras culturas.

Assim, conforme pontua Quijano (2005, p. 93):

O Colonialismo é, obviamente, mais antigo; no entanto a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à intersubjetividade de modo tão enraizado e prolongado.

Nesse sentido, vemos uma colonização de culturas, do imaginário dos dominados, resultante de uma repressão de crenças, ideias, símbolos e perspectivas que compõem um padrão histórico de poder, conforme pontua Said (2007). Esse padrão está articulado com a colonialidade, isto é, uma concepção de padrão universal de classificação e dominação social pela “raça” ou pelo poder militar e econômico. Dadas as construções desse tipo de poder, temos uma repressão situada nos modos de conhecer e produzir conhecimentos, considerando suas formas de significação social (SAID, 2007). Nesse sentido, para Quijano (2005, p. 118),

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.

Assim, essa produção de conhecimento foi limitada às injunções dos dominantes na significação de crenças e de imaginários, o que leva à valorização de uma cultura hegemônica sempre em relação a outra(s) cultura(s). Isso permitiu uma espécie de repressão cultural, uma vez “que serviu não só para impedir a produção cultural dos meios dominados, mas também como muito eficazes de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática”. (QUIJANO, 1992, p. 12).

Desse modo, houve uma padronização das produções de conhecimento, desde o distanciamento de acesso a muitos bens (inclusive culturais) por parte dos dominados até uma forma de *sedução* para se chegar ao poder de conhecer e produzir. Isso permitiu o apagamento de determinados valores culturais dos próprios sujeitos dominados na busca pelo conhecimento do dominador. Quando esse movimento não ocorre por meios explícitos de força e violência, acontece por meio de estruturas institucionalizadas legitimadas por determinadas ideologias (QUIJANO, 2002).

Isso compreende a ideia de identidade ocidental ou europeia, relacionada às “outras” culturas, que lida com as diferenças fora da cultura dominante como desiguais no sentido hierárquico, naturalizando-as como “inferiores”. A sociedade, nesse contexto, é marcada por uma racionalidade histórica que permitia uma previsão dos comportamentos dessa totalidade e de seu desenvolvimento no tempo. Concebe-se, assim, uma sociedade com uma imagem de estrutura fechada em níveis hierárquicos e relações funcionais entre seus sujeitos (BHAHA, 2013).

Nesse sentido, Mignolo (2008) aborda que uma das conquistas da razão imperial (o que podemos conceber como constituinte histórico da colonialidade) foi declarar-se como uma identidade superior. Essa autoafirmação faz parte de uma “matriz racial de poder” (MIGNOLO, 2008, p. 293), que racionalizou, por meio de determinações e descrições, os conhecimentos sobre etnias, regiões do planeta, religiões, línguas e culturas, tidos como construtos inferiores. Assim, esse processo de inferiorização de conhecimentos afeta atualmente o que Quijano (2002) descreve como áreas básicas da existência social: o trabalho e seus recursos/produtos; o sexo e seus recursos/produtos; a autoridade coletiva (ou pública) e seus recursos/produtos; e a subjetividade/intersubjetividade e seus recursos/produtos.

Esse complexo estrutural histórico de padrão de poder está articulado na colonialidade como fundamentação universal de classificação e dominação social, em

que o capitalismo surge como padrão universal de exploração, cabendo ao Estado o padrão universal de autoridade – o que abre espaço para o Eurocentrismo⁴ como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade no modo de produção de conhecimento, conforme pontua Said (2007).

Nesse sentido, a colonialidade está presente na sociedade moderna como determinante dos padrões universais de conhecimento e dominação, especialmente de forma implícita, em estruturas institucionalizadas de autoridade coletiva. Além disso, a colonialidade se estabelece nas estruturas por meio de ideologias construídas de relações intersubjetivas entre diversos segmentos de interesse e de identidade da/na sociedade.

Apesar de vivermos uma era sem a presença do colonialismo tradicional, ainda vemos estruturas subjetivas e imaginárias culturais fortemente descritas e pautadas pela colonialidade. Além disso, há uma idealização “sedutora” de uma cultura hegemônica no intuito de imitá-la idealizá-la e reproduzi-la por parte dos sujeitos. Quando essa idealização é reafirmada pelos próprios sujeitos excluídos de uma cultura hegemônica, a colonialidade os reprime facilmente em seus modos de produção de conhecimento, saberes e valores culturais.

Nesse sentido, pode-se pensar a colonialidade no conhecimento como a negação de um estatuto humano para todos os povos e suas respectivas culturas externas à cultura hegemônica, que lhe serve de base. Isso torna necessário um olhar crítico sobre essa perspectiva de diferença colonial cultural, tendo em vista as vozes subalternizadas que buscam a propagação e o reconhecimento de saberes e valores culturais, pois, como assevera Bhabha (2013, p.276):

Toda uma gama de teorias críticas contemporâneas sugere que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e de pensamento. Há mesmo uma convicção crescente de que a experiência afetiva da marginalidade social – como ele emerge em formas culturais não – canônicas – transforma nossas estratégias críticas. Ela nos força a encarar o conceito de cultura exteriormente aos *objets d’art* ou para além da canonização da ‘ideia’ de estética, a lidar com a cultura como produ-

⁴ Quijano (2005) discorre sobre o Eurocentrismo como padrão de poder, advindo da colonização, como uma imposição hegemônica, na qual a modernidade e a racionalidade foram imaginadas e significadas somente pelos europeus. Em movimento semelhante, Said (2007) destaca que o Orientalismo desenvolveu-se como um estilo ocidental de dominar, reestruturar e de exercer autoridade sobre o Oriente.

ção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência sócia.

Atrelado a esse conceito de colonialidade, o pós-colonialismo visa questionar fundamentos sociais e culturais focados no eurocentrismo, apresentando-se como uma ferramenta não só de cunho teórico, mas também de cunho político, que postula questionamentos a tais naturalizações eurocêntricas. Além disso, o pós-colonialismo propõe a ruptura com a história europeia única, calcada nas grandes narrativas que foram sedimentadas/estabelecidas pelo discurso colonizador e paternalista.

No que tange à origem dos Estudos Pós-Coloniais, Beverley (1999 *apud* MARTELLAT; NEVEU, 2004, p.174) destaca que “uma nova geração de pesquisadores empreendeu o questionamento dos imaginários oficiais das identidades e histórias nacionais”. Beverley indica ainda que o pós-colonialismo nasceu como um movimento de ruptura em relação à modernidade ocidental com uma grande contribuição de autores como Ashcroft, Griffiths, Tiffin, Marx, Spivak, Hall, Bhabha, Said, dentre outros, a fim de considerar a condição de subalterno no movimento de identidade.

De acordo com Bonnici (1998) salienta-se que há duas obras de grande relevância cuja história dos pressupostos filosóficos traça uma crítica pós-colonial, são elas, *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures* (1989), de Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin, e *White Mythologies: Writing History and the West* (1990), de Robert Young. A primeira obra disserta a respeito dos pressupostos filosóficos sobre a teoria literária europeia, assim como da hegemonia da língua inglesa e as estratégias políticas do império britânico. No que diz respeito a *White Mythologies: Writing History and the West* (1990), a obra analisa algumas linhas dos pensamentos filosóficos de Sartre e Hegel, e conta com a contribuição de críticos como Gayatri Spivak e Homi Bhabha.

Na esteira de obras importantes para o estabelecimento da chamada teoria pós-colonial ainda de segundo Bonnici (1998), destacam-se Edward Said (*Orientalismo* [1978] e *Cultura e imperialismo* [1993]), Gayatri Spivak (*In Other Worlds* (1987) e *The Post-Colonial Critic* [1990]) e *Nation and Narration* (1990), de Homi Bhabha, que transformaram significativamente o acervo crítico em relação à cultura eurocên-

trica. Suas teorias formularam uma nova análise ao relacionamento imperialismo/cultura e seus estudos apontaram os caminhos para uma literatura com foco nos estudos pós-coloniais.

Já a obra *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2009), de Stuart Hall, trouxe importantes reflexões sobre o significado e os limites da crítica do termo “pós-colonial”, enfatizando as novas relações e disposições de poder no processo de descolonização. Nessa correlação entre conceito e crítica, Hall (2009) reserva um capítulo para discutir o próprio termo “pós-colonialismo”, restringido não somente a descrição sobre uma determinada sociedade e época, mas também considerando a colonização como parte de um processo global fundamentalmente transnacional e transcultural. Para Hall (2009, p. 111), os estudos pós-coloniais, apesar não terem um sentido unânime, visam “descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização”

Como afirma Hall (2003, p. 56):

O “pós-colonial” não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o “póscolonial” marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. [...] No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais [...] no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo.

Assim, os Estudos Pós-coloniais configuram-se como uma crítica conceitual dentro do campo epistemológico, mas não de uma teoria una, isto é, estável ou fechada, senão como ambígua tanto na visão teórica quanto na política (SHOBAT, 1992). Já para McClintock (1992), o conceito sobre pós colonialismo é criticado por sua linearidade. Corroborando com os pensamentos de Shobat (1992) e McClintock (1992), Arif Dirlik (1994) descreve o pós-colonialismo como um discurso pós-estruturalista e pós-fundamentalista, pois, para esse autor, o discurso pós-colonialista é usado por intelectuais deslocado do Terceiro Mundo e que foram estudar e aprofundar suas ideias em universidades americanas ou britânicas, inferindo

que o conceito de pós-colonialismo menospreza a estruturação capitalista do mundo moderno, denominando o discurso pós-colonialismo de “culturalismo”.

Para Santos (2008, p. 8), em sentido mais amplo, o pós-colonialismo consiste em

Um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram constituídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória.

Assim, para muitos teóricos, o termo “pós-colonialismo” é uma ambiguidade dentro de um campo muito maior de pensamento crítico, para o qual a atitude de modernidade é primordial. Temos como exemplo a posição de Mishra e Hodge (2005) que, ao definirem o referido termo do inglês *Post(-)colonialism*, consideram o termo escorregadio, como algo indefinido em si mesmo. Os mesmos autores evidenciam o hífen entre as palavras exatamente para marcar essa ambivalência do termo e definem o pós-colonial como algo que sobrevive no presente precisamente por causa de seu *status* como passado.

De acordo com Hall (2009), essa teoria, ou melhor, o conjunto de discussões que estão sob o guarda-chuva das “teorias pós-coloniais” também envolve uma experiência do que foi o colonialismo e seus efeitos nas sociedades, sobretudo nas chamadas ex-colônias, com seus efeitos secundários do império, conforme discute Said (2007). Em direção semelhante, Bhabha (2013), em seus estudos sobre o pós-colonial e o pós-moderno, salienta que as perspectivas pós-coloniais emergiram dos países de Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” devido às forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas em competição de autoridade política e social dentro de uma nova ordem moderna.

Nesse sentido, cabe a questão sobre o que representa o pós-colonialismo e a sua agenda de investigação. Tais indagações surgem, de acordo com Mishra e Hodge (1993), primeiramente sobre os movimentos de independência ao redor o mundo, culminando no processo de descolonização. Trata-se, portanto, de um movimento teórico que ajuda na reflexão sobre o resgate da história, do conhecimento e

do sujeito subalterno na luta por autonomia, a partir das perspectivas teóricas que permitem reconstruir os espaços de emissão dos discursos em sociedades onde se estabeleceu o saber/poder da colonialidade, rompendo com o ocidental-centrismo e seus reflexos no saber.

Assim, para Hall (2009, p. 112-113):

Vista sob a perspectiva “pós-colonial”, a colonização não foi um sub-rede local ou marginal de uma história maior (por exemplo, da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental, esse último se desenvolvendo “organicamente” nas entranhas do primeiro). Na narrativa reencenada do pós-colonial, a colonização assume o lugar e a importância de um amplo evento de ruptura histórico mundial. O pós-colonial se refere à “colonização” como algo mais do que um domínio direto de certas regiões do mundo pelas potências imperiais. Creio que significa o processo inteiro de expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia imperial que constituiu a “face mais evidente”, o exterior constitutivo, da modernidade capitalista europeia e, depois, ocidental, após 1492. Essa narrativa reencenada desloca a “estória” da modernidade capitalista de seu centramento europeu para suas “periferias” dispersas em todo o globo; a evolução pacífica para a violência imposta; a transição do feudalismo para o capitalismo (que exerceu uma função talismânica, por exemplo, no marxismo ocidental) para a formação do mercado mundial [...]; ou desloca essa “estória” para novas formas de conceituar o relacionamento entre esses distintos “eventos” – as fronteiras permeáveis do tipo dentro/fora da emergente modernidade capitalista “global”.

Partindo dessa visão sobre o pós-colonial, Hall (2009) o compreende como um conceito sobre a grande ruptura com o global, tornando-se uma visão moderna e a colonização em seu contexto no formato global e transcultural, levando a dois movimentos reflexivos essenciais. O primeiro provoca uma interrupção crítica na grande narrativa historiográfica que, ao se centrar unicamente no ponto de vista histórico das grandes metrópoles colonizadoras, propendeu a preservar ao processo de colonização um papel secundarizado. Já o segundo movimento tece a crítica do discurso da modernidade, a partir da experiência social dos marginalizados pelo processo de colonização relacionado à história contada a partir dos parâmetros europeus.

Nesse sentido, o pós-colonial é definido como o momento que vem após o colonialismo, em termos de uma divisão binária entre colonizadores e colonizados. Tal definição pode ajudar a caracterizar a mudança nas relações globais que marcam a transição da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização (HALL, 2003). Para melhor compreender o termo “pós-

colonial”, Ashcroft (2009) e Hamza Alavi (1972) trazem duas concepções: primeiramente, o termo faz referência à descrição literal das condições das sociedades que uma vez foram colônias, ou seja, é o plano físico da ideia de colonização das colônias, experiência colonial e dos alinhamentos de classes e pelas superestruturas das instituições políticas e administrativas que foram estabelecidas nesse contexto. Já na segunda visão, o termo “pós-colonial” sai do físico e entra para o abstrato, levantando então à ideia da cultura, da identidade e da raça, que são afetadas pelo europeu, pela colonização e por seus valores culturais.

As diferenças culturais entre colonizador e colonizado permanecem arraigadas na sociedade, todavia a teoria pós-colonial chama a atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais, conforme pontua Said (2007) e Bhabha (2013). Contudo, em se tratando de algo tão importante para a cultura, a definição do termo “pós-colonial” não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época, pois, segundo Hall (2009, p. 109), o pós-colonial “relê a ‘colonização’ como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural, produz uma reescrita descentrada, diáspora ou ‘global’ das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação”.

Bhabha (2013, p. 277), por sua vez, também relata que a estratégia de cultura é tanto transnacional como tradutória, já que os discursos pós-coloniais e pós-coloniais contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural, tanto relativas à servidão quanto ao trânsito de refugiados por questões econômicas e políticas. A estratégia é também tradutória porque agora esse deslocamento está relacionado a ambições territoriais das tecnologias globais de mídia. Nesse sentido, cabe destacar que, quando se trata do colonialismo, sabemos que seu rompimento, ao longo da história, foi um processo longo, prolongado e diferenciado. Assim, para Hall (2009, p. 111):

O “pós-colonial” sinaliza a proliferação de histórias e temporalidades, a intrusão da diferença e da especificidade nas grandes narrativas generalizadoras do pós-Iluminismo eurocêntrico, a multiplicidade de conexões culturais laterais e descentradas, os movimentos e migrações que compõe hoje o mundo, frequentemente se contornando os antigos centros metropolitanos.

Tais práticas se expressam em formações ideológicas e, sobretudo, defini-

ções binárias que reproduzem a contraposição entre “nós” e “eles”, cujas conexões culturais laterais e descentradas tornam a cultura um gerador de multiplicidade, de forças identitárias sobreviventes na história, considerando o interno e o externo, o superior e o inferior, o progresso e o atraso, a colônia e o colonizador, a Europa e a América com uma expansão de identidades indefinidas e ilimitadas.

Giddens (2002) reflete sobre a influência da globalização nas identidades culturais, uma vez que ela é complexa e contraditória enquanto mediação da política na cultura como prática social do poder. O discurso colonizador parte de cada prática social constituída na interação entre o significado de representação e o poder (HALL, 2003). Ainda que a condição colonial tenha sido praticamente extinta, o imperialismo sobreviveria como poder definido em uma esfera cultural geral, baseada, sobretudo, em práticas representativas, além de econômicas e sociais (SAID, 2007).

De maneira mais clara, entendem-se as contribuições de Said (1990, p. 13) quando relata que o “Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente), com sua imagem, ideia, personalidade e experiência de contraste”, em um seguimento no qual o “Oriente expressa e representa esse papel, cultural e até mesmo ideologicamente, como um modo de discurso com o apoio de instituições, vocabulários, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais” (SAID, 1990, p.14).

A noção de que somente as cidades multiculturais do primeiro mundo são diaspORIZADAS é uma fantasia que só pode ser sustentada por aqueles que nunca viveram nos espaços hibridizados de uma cidade “colonial” do terceiro mundo (SAID, 1990). O “pós-colonial”, portanto, retém alguma ambiguidade, pois, além de identificar o momento crítico para um deslocamento nas relações globais, o termo também oferece uma narrativa alternativa; destacando conjunturas-chave àquelas incrustadas na narrativa clássica da Modernidade.

Para Bhabha (2011), a perspectiva pós-colonial abandona as tradições da sociologia do subdesenvolvimento ou a teoria da dependência, e passa a revisar e estabelecer uma relação nacionalista ou nativista entre o Terceiro Mundo e o Primeiro Mundo em uma estrutura que o autor chama de “binária”. Para ele, a teoria constitui a força de um reconhecimento das fronteiras culturais e políticas mais complexas na relação.

Assim, os movimentos transversais, transnacionais e transculturais estão inscritos desse sempre na história da colonização, embora as relações estabelecidas de dominação e resistência, inscritas em outras narrativas, estejam apagadas por ora. Além disso, tais movimentos reposicionam e deslocam a “diferença” sem que, no sentido hegeliano, se atinja sua “superação” (BHABHA, 2011, p.114). Cabe então considerar as duplas inscrições do encontro colonizador, o caráter dialógico de sua alteridade e a especificidade de sua “diferença”, a centralidade das questões narrativas e o imaginário da luta política.

Portanto, como refere Hall (2003, p.117):

A colonização reconfigurou o terreno de tal maneira que, desde então, a própria ideia de um mundo composto por identidades isoladas, por culturas e economias separadas e autossuficientes tem tido que ceder a uma variedade de paradigmas destinados a captar essas formas distintas e afins de relacionamento, interconexão e descontinuidade (HALL, 2003, p. 117).

Neste mesmo contexto, Dirlik (1997, p. 31), por seu turno, destaca que o:

Pós-colonialismo, na direção particular que tomou como discurso, também ressoa os problemas do mundo contemporâneo. Aborda questões que podem ter estado sempre presentes em estudos globais, mas são agora reformuladas para se ajustar a questões do capitalismo global: o eurocentrismo e sua relação com o capitalismo; o tipo de modernidade que é relevante para uma situação pós-moderna, pós-socialista, pós-Terceiro Mundo; o lugar da nação em desenvolvimento; o relacionamento entre o local e o global; o lugar de limites e fronteiras em um mundo onde capital, produção e povos estão em constante movimentação; o status das estruturas em um mundo que mais do que nunca parece estar sem estrutura reconhecível; interpenetrações e inversões entre os diferentes mundos; subjetividades e epistemologias (hibridismo) de fronteiras; homogeneidade versus heterogeneidade e assim por diante.

Além disso, Dirlik (1997, p. 36) chega à conclusão polêmica de que o “pós-colonial” não é a descrição de nada nem de ninguém em particular, mas “um discurso que procura constituir o que se veem ou passaram a se ver como intelectuais pós-coloniais e [...] uma expressão [...] de [seu] poder recém- descoberto”. Além do mais, o “pós-colonial” preocupa-se com questões de identidade e sujeito, mas não pode explicar “o mundo do sujeito”. Assim, em sentido amplo, os estudos instituídos como pós-coloniais visam questionar, analisar e problematizar as culturas do

imperialismo e do colonialismo, assim como reinventar a forma como o Outro é percebido nesse processo de pós-colonização.

3.2 Identidades: Múltiplas Interpretações

Mediante as definições particulares que caracterizam uma pessoa, a identidade é a mais questionada entre os sujeitos. Quem somos? De onde viemos e para onde iremos? Quem somos ante a sociedade? São inúmeras indagações que surgem sobre nossa identidade e o papel que representamos. Munanga (1994, p. 177-178) define a identidade como uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas, considerando que:

Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.

Cada um compreende e valoriza, conforme sua visão de cultura, costumes, idiomas, o lugar a que pertence e assim atribui a si uma identidade que lhe é (re)passada ao longo de sua vivência. Nesse sentido, de acordo com interesses econômicos e políticos, por exemplo, a identidade é imposta como “demarcação” de um determinado povo. Nos estudos sobre identidade, Hall (2006) aponta que, nos últimos anos, o conceito divergiu em variadas áreas de disciplinares, emergindo a concordância sobre uma identidade integral, originária e unificada. Nessa esteira, Hall (2006) classifica o comportamento dos sujeitos ao longo da história em três diferentes concepções: Identidade do sujeito iluminista; Identidade do sujeito sociológico e Identidade do sujeito pós-moderno.

Nesse panorama, o sujeito iluminista é o indivíduo totalmente unificado e único, cuja razão era baseada na capacidade consciente de suas ações. Seu interior nascia e desenvolvia de forma contínua, e a essência, portanto, era única. Diferentemente, o sujeito sociológico constrói a identidade baseado em relações com pessoas importantes – trata-se de uma identidade não autônoma e autossuficiente, cuja relação com o outro surge a partir da integração do eu com a sociedade. Por fim, o

sujeito pós-moderno apresenta uma identidade que se define dentro da sociedade – é, portanto, um sujeito não mais unificado e estável, mas agora moderno é fragmentado, dotado de várias identidades, ora contraditórias, ora resolvidas.

É nesse direcionamento que se busca, com Bhabha (2013) como exemplo, a compreensão de que não se pode dizer que no romance *Simá*, o personagem Marcos ou Severo⁵ apresenta uma ou várias identidades essencializadas, tanto do ponto de vista cultural quanto do discursivo, ou, nos termos do próprio Bhabha (2013, p. 118) como “reconhecimento de imagens positivas ou negativas”, mas como “processos de subjetivação tornados possíveis (e plausíveis) através do discurso do estereotipado”.

A partir de Bhabha (2013), podemos indicar que Marcos ou Severo evoca a construção de um sujeito colonial no discurso e no exercício do poder colonial, a partir da linguagem e de determinadas relações de poder que também indicam o jogo entre as identidades híbridas assumidas por esse personagem em determinados “espaços discursivos e de poder”. Mas que, em certa medida, dado o “processo de eliminação do outro – prática comum no discurso militar colonial, que impunha a “civilização” do europeu à “barbárie” do nativo americano” (CALDAS, 2006, p. 13), essas identidades podem também, em determinados momentos da obra, se sobrepor, mas não serem apagadas ou perdidas.

Tais espaços, aqui reconhecidos como “os entre-lugares”, ocupados pelos personagens, como na obra *Simá*, reforçam, conforme se discutirá no próximo capítulo, o processo de integração e hibridação de culturas, bem como deixam entrever as questões de poder, estabelecidas a partir do discurso do colonizador presente na obra. Nesses termos, conforme Bhabha (2013, p. 19-20):

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-

⁵ Mais adiante, na seção destinada à apresentação do romance, apresentaremos alguns dos personagens da obra, entre eles está Marco que, no decorrer do romance, vai assumindo também a identidade de Severo, um comerciante português.

lugares” fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. É na emergência dos interstícios – a sobreposição de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [nationness], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se forma sujeitos nos “entre- lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero, etc.).

Nesse caso, há de se considerar, portanto, que não há uma identidade perdida ou uma bipolarização entre o índio manau e o português/comerciante, mas a formação de um ‘entre-lugar’, constituindo de forma intersticial que apresenta subjetivações que, ao serem relacionadas com as identidades assumidas pelo personagem, podem desvelar, como já dito, algumas relações de poder do discurso colonial, presentes no romance, além de representações das culturas presentes na mesma narrativa. Nesse sentido, Hall (2000, p. 108) defende uma concepção de identidade pelo viés da dinamicidade, pois se:

Aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Mesmo sendo uma discussão que retrata questões sobre identidade pelo viés da modernidade tardia ou da pós-modernidade, a visão dinâmica de identidades, proposta por Hall, nos ajuda na compreensão de que Simá apresenta traços não só de multiculturalidade, mas de interculturalidade, que marca justamente a hibridação de culturas. Assim, a perspectiva de um diálogo crítico sobre a diferença colonial, cultura hegemônica e suas influências nas práticas discursivas/sociais necessitam de uma reflexão a partir dos enfoques epistemológicos e de subjetividades excluídas.

Por esse ponto, Oliveira e Candau (2010) ponderam que as lutas dos povos historicamente excluídos devem ser consideradas para a construção de outros modos de viver, de saber e de poder. Nesse sentido, temos a decolonialidade como conceito fundamental de visibilizar as quebras de padrão de poder da colonialidade a

partir dos sujeitos e das suas respectivas práticas epistêmicas, sociais e políticas. A decolonialidade implica, assim, um modo que transcende a transformação da descolonização, pois também envolve (re)construção dos conhecimentos, das suas representações e da realidade social. Essa (re)significação não finda numa sociedade idealizada, nem pressupõe uma universalização, mas viabiliza o questionamento e a mudança da colonialidade do poder e do saber.

3.3 Identidades Culturais e Representações

Assim como os termos “raça” e “etnia” passaram a figurar como aspectos que saíram do campo teórico para o etnossemântico, político e ideológico (MUNANGA, 2004), a noção de identidade, no campo dos Estudos Culturais e da representatividade⁶, também figuram hoje como construtos teórico-analíticos que possibilitam pensar não em algo inviolável ou imutável, mas numa categorias analíticas que se alteram, a depender do momento em que a sociedade se configura como líquida, fragmentada e cada vez mais hipermoderna (BAUMAN, 2001; GIDDENS, 1991; LIPOVETSKY, 2004).

Nesse sentido, Hall (2000) destaca que um tipo diferente de mudança estrutural tem modificado as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, as quais, no passado, possibilitavam aos sujeitos sociais sólidas localizações a partir de grandes narrativas ou metanarrativas hegemônicas. O que se vê atualmente é a reconfiguração da identidade no sentido plural, hibridizante, transitório, deslocado e realocado, mas não totalizante e fechado, quer seja para o coletivo, quer para o sujeito social, uma vez que, segundo Munanga (2004, p.33):

Uma tal identidade, embora passe pela aceitação da negritude e das particularidades culturais negras, tem um conteúdo político e não cultural, pois alguns negros não vivem as peculiaridades culturais ou religiosas de seu grupo histórico e não deixam de participar das identidades religiosas dominantes como catolicismo, o protestantismo etc. É dentro dessa perspectiva política ou ideológica que devemos entender o discurso militante referente “identidade étnica negra” ou identidade étnico-racial-negra”.

⁶ Entendida aqui no contexto da relação com o Outro, mas não no sentido de representação do Outro pela voz de alguém. Cf. MOSCOVICI, 1995).

É nesse sentido proposto por Munanga (2004) que podemos aproximar a visão de Hall (2006), quando este considera que não se pode mais falar em identidade una/única, pois os sujeitos sociais estão reconfigurando seus modos de ser/estar no mundo a partir de suas participações, pertencimentos (ou não) a certos campos/grupos – no caso proposto por Munanga (2004), a certas “populações” ou modos de representações e (re)configurações identitárias.

Nesse sentido, é possível falarmos em “políticas da fragmentação ou pluralização de identidades”, sendo que é possível, como salienta Hall (2000, p.7) vermos que também em variadas áreas do conhecimento tem-se efetivado uma completa e complexa desconstrução das perspectivas identitárias – unas, integrais, originárias e unificadoras.

Isso tem levado também à desconstrução, como já mencionado, de grande metanarrativas que, de alguma forma, totalizaram (e ainda totalizam) a sobreposição, a dominação e a subjugação étnico-racial de alguns grupos (FOSTER, 2004).

4 METODOLOGIA – ANÁLISE PÓS-COLONIAL DO ROMANCE SÍMA

Neste capítulo, apresenta-se o percurso metodológico feito para análise da obra o romance histórico *Simá*. Inicialmente, trata-se da abordagem de pesquisa mobilizada juntamente com o tipo de pesquisa que foi realizada. Destaca-se que, apesar do objeto de análise da presente dissertação se constituir como um romance histórico, o foco metodológico e analítico dispensado aos dados, não reside, necessariamente, sobre uma análise literária crítica ou comparativa. Dado o escopo de possibilidades de discussões, centralizou-se a análise nos estudos pós-coloniais e culturais⁷, com ênfase no conceito de identidade.

Assim, apresenta-se aqui uma abordagem qualitativa crítica (MARTÍNEZ, 2012) de pesquisa e sua relação com os estudos pós-coloniais. Em seguida, trata-se da pesquisa bibliográfica a partir das discussões de Lüdke e André (1986) e Gil (2002). E, por fim, apresenta-se o retrato da análise dos excertos da obra.

4.1 A Pesquisa Qualitativa nos Estudos Pós-Coloniais

A investigação nas Ciências Sociais tem que dar conta da pluralidade de vozes em ação no mundo social e considerar que isso envolve questões relativas a poder, ideologia, história e subjetividade. (MOITA LOPES, 1994, p. 331).

Os estudos pós-coloniais ou as teorias pós-coloniais, conforme visto no capítulo 2 desta dissertação, configuram-se como um campo aberto e amplo, que não visa legitimar uma perspectiva epistemológica única sobre discussões, mas sim modos mais amplos de se entender as questões tanto sociológicas, quanto literárias, discursivas e econômicas, que hoje são revisitadas a partir de olhares e vozes no sentido proposto por Boaventura de Sousa como vozes do Sul (2009). Nesse sentido, considerando o escopo da presente pesquisa, que trata sobre o estudo de representações de identidades culturais coloniais na produção literária da Amazônia do século XIX, a pesquisa qualitativa crítica configurou-se como o caminho melhor a ser

⁷ Cabe salientar que os Estudos Culturais antecedem as teorias pós-coloniais, pois, para alguns autores, não se pode afirmar que existe apenas uma teoria pós-colonial, pois “vale dizer que o que parece aproximar as várias percepções, perspectivas e *insights* deste campo de estudos é a construção de epistemologias que apontam para outros paradigmas metodológicos – que potencializam outras formas de racionalidade, racionalidades alternativas, outras epistemologias, do Sul, por exemplo – diferentes dos “clássicos” na análise cultural e literária” (MATA, 2014, p. 30-31).

seguido para o desenho deste estudo.

De acordo com Martínez (2012, p. 140), “o objetivo central de uma pesquisa qualitativa de corte crítico transcende a explicação, a predição, o controle ou a verificação de hipóteses, aspectos característicos da pesquisa quantitativa”. Tal visão auxiliou-nos na compreensão da identidade enquanto categoria social, não podendo ser estudada a partir de hipóteses que pouco producentes quanto às representações que os sujeitos atribuem às suas identidades ou às do Outro (na perspectiva colonial).

Nesse caso, uma pesquisa de abordagem qualitativa crítica não visa criar resultados universais, mas apresentar discussões concernentes ao que as significações podem indicar a partir dos dados selecionados para análise e discussão (MARTÍNEZ, 2012). No caso desta dissertação, a partir dos estudos pós-coloniais, pode-se dizer que é impossível tratar o romance *Simá* como uma narrativa que apresenta apenas uma identidade, que se caracteriza de forma uníssona e destituída de significações locais, ideológicas, socioculturais e também coloniais, uma vez que há representações de um conjunto de identidades que são apresentadas, em certos momentos, a partir da visão do colonizador.

Nesse sentido, em uma proposta de pesquisa qualitativa crítica para os estudos de representações identitárias em textos de caráter histórico e literário, como é caso do romance histórico *Simá*, considera-se necessário examinar as representações que também estão relacionadas com as noções de cultura e significações, conforme pontua Woodward (2014, p. 17-18):

Só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma ideia sobre quais posições-de-sujeitos eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior. Aqui, estaremos tratando de um outro momento do “circuito da cultura”: aquele em que o foco se desloca dos sistemas de representação para as identidades produzidas por aqueles sistemas. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive que esses sistemas simbólicos, tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: quem eu sou? o que eu poderia ser? Quem eu queria ser? Os discursos e

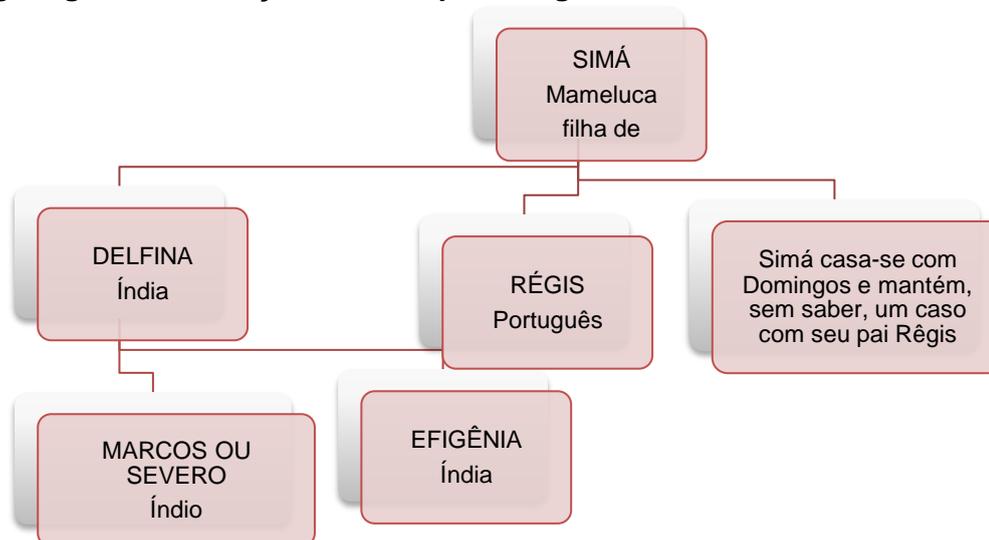
os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.

Assim, a pesquisa qualitativa intepretativista crítica foi mobilizada para a análise das representações de três identidades marcantes na obra *Simá*: o indígena e português Marcos/Severo; a mamelucas Simá, a indígena laiá, e o português Régis, conforme veremos a seguir.

4.2 Descrição do *Corpus*

A seleção para análise das representações identitárias na obra *Simá* foi feita com base em critérios que possibilitassem verificar: a) maior aproximação entre os personagens e b) representações identitárias hibridizadas. Assim, as relações mais próximas estabelecidas entre os personagens na obra de Amazonas (1857) podem ser verificadas a partir do Organograma 1:

Organograma 1- Relação entre os personagens no enredo



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

A partir da leitura da obra e da configuração apresentada no organograma 1, foram selecionados os seguintes personagens para análise das representações identitárias, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 – Seleção dos personagens para serem analisados

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS			
Marcos/Severo	Régis	Simá	Iaiá
Indígena Tuxaua Comerciante Manau Assume a identidade de português (Severo) Pai de Delfina, que é violentada por Régis Avó de Simá, que nasce de um estupro feito pelo português regatão	Regatão português Torna-se um dos transportadores dos indígenas das missões jesuíticas Relaciona-se (não fisicamente) com sua filha Simá	Mameluca Neta de Delfina e do indígena Marcos Criada pelos missionários Casa-se com o indígena Domingos Encanta-se por seu pai, Régis, sem saber o grau de parentesco entre eles	Indígena Filha do português Calixto Nome Iaiá de origem indígena Nome clara de origem portuguesa

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O quadro síntese (5), apresenta as principais configurações das identidades dos sujeitos/personagens elencados para a análise dos dados. A síntese foi elaborada com base na leitura feita da obra, a partir da qual foi possível selecionar os principais personagens. Essa síntese também auxiliou na compreensão do enredo da narrativa, conforme ser verá na próxima seção.

4.3 Análise dos Dados

Nesta seção, de caráter analítico, trata-se, inicialmente, da contextualização da obra *Simá*, buscando-se evidenciar, a partir de uma leitura pós-colonial, a representação das identidades culturais marcadas na obra. Assim, intenta-se discutir como o discurso colonial apresenta essas representações, especialmente dos personagens Marcos/Severo (indígena/português), Simá (mameluca), Iaiá (indígena/portuguesa) e Régis (português).

Assim, para melhor compreender a obra *Simá*, far-se-á necessário discutir um pouco sobre a Amazônia Colonial.

4.3.1 Brasil Colônia: Da expansão Marítima ao Projeto de Ocupação

Para Silva (1992), a nação portuguesa no século XV, foi à pioneira na Expansão Marítima, por várias razões: uma de ordem interna, que muito cedo se tornou uma monarquia centralizada e; a outra que a coroa portuguesa teve recurso, para

empreender uma grande aventura em busca de novas terras, mas também existem várias razões, pois, Portugal aprendeu com os genoveses da Itália as técnicas de navegação andada pelo Mar Mediterrâneo. A outra é a posição de Portugal que fica no Atlântico, onde facilitava que eles se lançassem pelo Atlântico a fora em busca das “novas terras”.

Conjunto de forças e motivos econômicos, políticos e culturais impulsionou a expansão comercial e marítima europeia a partir do século XV, o que resultou, entre outras coisas, no domínio da Europa sobre a África, Ásia e a América. (SILVA, 1992, p. 14).

Hoje em dia, não se fala numa terra que era ocupado pelos os índios. A relação entre índios e portugueses foi muito trágica, os índios foram expulsos das terras que ocupavam, e milhares morreram de doenças trazidas pelos portugueses. Esse Brasil dos primeiros tempos dos anos de 1500 a 1600 pode ser definido, como ponto de parada para a rota com as Índias.

O mecanismo da exploração das novas terras descobertas foi orientado pela política mercantilista dentro dos quadros do monopólio e do protencionismo. As variações nos tipos de colonização decorriam basicamente da riqueza oferecida pela colônia à sua metrópole. (ARRUDA, 1996).

A primeira forma de governo do Brasil Colônia foi o sistema de Capitânicas Hereditárias, onde foram feitas doações de terras a donatários sob a confiança da Coroa Portuguesa, que se encarregariam de administrar a produção local e deslocamento dos produtos e seus dividendos. Após os primeiros contatos com os indígenas, os portugueses começaram a explorar o pau-brasil, que tinha grande valor no mercado europeu, pois, sua seiva avermelhada era muito utilizada para o tingimento de tecidos e fabricação de moveis e embarcações.

Quando os portugueses chegaram à conclusão de que era preciso dá um ganho econômico ao Brasil, eles se concentraram principalmente na plantação de cana-de-açúcar, porque eles já tinham grandes experiências no plantio que era feito na costa da África e conheciam muito bem o negócio do açúcar.

Para eles investirem, precisava de mão-de-obra e não havia por partes dos portugueses a atração de vim para as novas terras para trabalharem, então, encontraram uma saída para a questão, que foi a de utilizar os índios e depois os escravos

africanos.

O fato de que o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos indígenas põe em evidência a importância da mão-de-obra nativa na etapa inicial de instalação da colônia. No processo de acumulação de riqueza quase sempre o esforço inicial é relativamente o maior. A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. É quando a mentalidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalista. (FURTADO, 1920 – 2004, p. 77).

Em meados do século XVIII, finalmente os portugueses quebraram uma frustração que eles tinham com os espanhóis, na conquista da América, tinham encontrados enorme quantidade de ouro e prata, e os portugueses andavam em busca de metais preciosos, até que por obras das ações bandeirantes as minas de ouro foram descobertas na região que se vieram chamar Minas Gerais. Onde aconteceu a primeira experiência de imigração da ação branca no Brasil, quando se soube que havia metais preciosos, houve uma imensa corrida de imigrantes portugueses para o Brasil, atrás de ouro.

4.3.2 Amazônia Brasileira: A conquista e a Ocupação

Segundo Reis (1999), a ocupação, na perspectiva do colonizador, teve início a partir do século XVII e se limitou à parte litorânea da região conhecida como Nova Lusitânia. O presente texto não pretende fazer a História na Cidade da Amazônia, mas recuperar a História das Cidades da Amazônia. De acordo com Moraes (2008), o período de 1860 a 1910 ocorre na Amazônia Brasileira o apogeu da exploração da borracha natural que coincide com a *belle époque*, caracterizado pelo crescimento econômico, avanço das técnicas no território e também pelo aumento dos males sociais nas cidades. A resistência indígena, por exemplo, em diferentes épocas, constituía-se no inconformismo com as novas relações sociais de produção que se impunham aos vários povos indígenas.

Por outro lado, não abrange toda a Amazônia, mas parte dela, a que corresponde à área da antiga Capitania de São José do Rio Negro que, em linhas gerais, é o atual Estado do Amazonas. Finalmente, embora faça incursões sobre a criação de

vilas e povoados nos séculos XVII e XVIII, o período entre 1860 a 1910, caracterizado por grande atividade econômica decorrente da exploração da borracha. A Amazônia é uma região onde é necessário analisar e avaliar a trajetória de sustentabilidade onde ocorreu o processo de ocupação a partir de programas e projetos envolvendo as estratégias de desenvolvimento regional (BECKER, 2005; TOLEDO *et. al.*, 2017).

De acordo com Reis (1999), a criação do que viria a ser depois as primeiras cidades desta parte da Amazônia não ocorreu de forma autônoma ou dissociada, tampouco de forma diferente do restante da região. O que ocorreu nesta parte da Amazônia, de certo modo, deu-se em toda a região e representou as determinações de Portugal enquanto estratégia de ampliação de novos mercados para os países europeus.

Em 1660, a Ordem das Mercês criou a missão Saracá⁸, que não estava situado nas margens do Rio Amazonas e sim, para o interior às margens do Rio Urubu, que se constitui no mais antigo povoamento contínuo dos portugueses no Amazonas. A mesma ordem religiosa criou a missão Santo Elias de Jaú, que mais tarde deu origem à cidade de Airão no baixo curso do rio Negro.

Ainda na década de sessenta, em 1660, foi criada a primeira guarnição militar portuguesa no interior da Amazônia, o Forte de São José do Rio Negro, situado a dezoito milhas da foz do rio Negro que originou a cidade de Manaus. Esses povoados serviram de base à ocupação portuguesa, especialmente no vale do rio Negro, e para a exploração mais ao norte com a criação de uma missão no rio Branco pelos missionários carmelitas. Essas ocupações e mais o povoado Cabori também no rio Negro constituíram-se nas únicas formas de povoamento português no Amazonas ao final do século XVII (Reis, 1999, p. 67-70)

Na metade do século XVIII, durante o governo do Marquês de Pombal (1750-77), Portugal adotou medidas que modificaram o processo de colonização na parte ocidental da Amazônia. No ano de 1755 foram criadas a Capitania de São José do Rio Negro, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e, por meio do Diretório, foi abolida a administração temporal que os religiosos exerciam nas missões indígenas que passaram a ficar sob responsabilidade de administradores leigos, bem como foi determinada a transformação de aldeias em vilas e povoados.

⁸ Nome dado a um dos lagos que margeia a ilha de Silves (ver Sansolo, 2003)

No período de cinco anos que vai de 1755 a 1760, quarenta e seis missões foram elevadas à categoria de vilas em toda a Amazônia [...]. Além das vilas havia ainda onze núcleos de povoamento. Ao término do período pombalino, a Capitania de São José do Rio Negro contava com vinte e três povoações e uma população não indígena da ordem de 1.476 habitantes. (CORREA, 1989, p.259-60).

Ao final do século XVIII, Portugal já tinha consolidado o seu domínio na Amazônia Ocidental, garantido a posse da região e praticamente definido os limites fronteiriços ao norte e a oeste existentes até hoje. A localização dos povoados demonstra à primeira vista uma estratégia militar de Portugal em ocupar e conquistar a região. No caso da Amazônia Ocidental, a preocupação era especialmente com os espanhóis, em decorrência de não se ter estabelecido, até metade do século XVIII, a fronteira dos domínios da Espanha e de Portugal. Essa temática aponta que:

A dimensão ideológica do Estado, simbólica e efetiva, de formação e incorporação nacional, não é menos importante. A missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas, enfim, a nacionalização do território não pode deixar de ser levada em consideração. (CARDOSO; MÜLLER, 1977).

Apesar da economia da borracha ter representado no período de 15 anos (1898 a 1912) no mínimo 20% das exportações brasileiras anualmente (Santos, 1980, p. 290), os benefícios ficaram reduzidos a duas cidades: Belém e Manaus, onde uma minoria reteve parte do excedente econômico, transformando-as nas mais importantes cidades da Região.

A exploração da força de trabalho era facilitada pela abundância de mão-de-obra, ausência de mecanismos de mediação entre patrões e empregados e pelas condições de isolamento a que era submetido o seringueiro.

A riqueza retida localmente, Belém e Manaus não foi aplicada na reprodução da atividade econômica, mas em consumo supérfluo e em obras suntuosas. O idealismo de uma elite residente em Belém e Manaus era a fantasia, o capricho e a extravagância, enquanto nos seringais, os meios de trabalho utilizados pelos seringueiros eram quase somente seus corpos. Como já sustentamos, a riqueza produzida na Amazônia na época da borracha provinha de dois líquidos: da seiva da *hevea brasiliensis* e do sangue dos seringueiros (Oliveira, 2000), pois "os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indi-

cadores das condições sociais nas quais se trabalha".(Marx, 1988, p.144).

Na espacialidade das vilas e povoados surgidos com a exploração do látex, cuja distância social dos dois principais centros urbanos da Região, Belém e Manaus, só é comparável à distância física. Esta decorre das enormes extensões dos rios e da grande floresta.

Aquela é o resultado da concentração de renda, da ganância, da riqueza para uns poucos e da miséria e morte para muitos. "O resultado foi que a renda própria dos residentes, além de muito inferior à renda interna, era obtida a um elevado custo social e humano, mal distribuída, num regime predatório da força de trabalho". (Santos, 1980, p. 308).

Neste sentido, a borracha levou à destruição, mas também criou os mecanismos da resistência. Isso parece tanto mais verdadeiro quando comparado ao impacto ocasionado no interior da Amazônia e nos dois principais centros urbanos, Belém e Manaus.

No período mais intenso da exploração da borracha, entre 1860 e 1910, foram sendo criadas vilas nos altos rios à margem direita do rio Amazonas, ao mesmo tempo foi diminuindo o povoamento do vale do rio Negro que por volta de 1890 contava com apenas dezoito povoados dos trinta e dois existentes no final do século XVIII. Esse processo embora tenha se acentuado com a exploração do látex já aparece como tendência desde meados do século XIX. Barcellos, que teve grande importância por ter sido a primeira sede da Capitania, contava, em 1845, com apenas 72 habitantes, embora 50 anos antes a sua população tivesse atingido 640. Em todo o vale do rio Negro, em meados do século XIX, não havia mais de 7.000 habitantes não indígenas, com um decréscimo de aproximadamente 20% da população em 60 anos (Loureiro, 1978, p. 184).

As cidades amazônicas que foram criadas ou dinamizadas a partir da economia da borracha, embora pequenas e com pouca ou nenhuma importância para as outras regiões do país, têm organização e estrutura que extrapolam sua dimensão específica, configurando formas e estilos que estão além da circunscrição do lugar, refletindo o lugar no mundo e o mundo no lugar. As conversões de uso da terra na Amazônia foram pragmáticas, pautadas no paradigma da economia de fronteira, além da ocupação do território, onde o uso dos recursos naturais percebidos como "infinitos" foi essencial para o progresso socioeconômico (BECKER, 2005)

Nelas encontram-se instituições regionais, nacionais e até internacionais, influen-

ciando de forma direta ou indireta a sua dinâmica. Todavia têm especificidades que não escapam ao lugar em que estão sendo produzidas. Portanto, é preciso entendê-las por meio de características específicas, tentando não as ver como pedaços de uma cultura mais geral, nem com a mesma dimensão e complexidade dos núcleos urbanos mais dinâmicos.

4.4 *Simá*: Contexto de um Romance Histórico Amazônico

Simá: romance histórico do Alto Amazonas é uma obra de Lourenço da Silva Araújo Amazonas, publicada em 1857, alguns anos depois de ter lançado o Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas (1852), que se encontra nos anais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB).

O romance é composto de vinte e dois capítulos e um epílogo, todos intitulados pelo autor. A obra desenvolve-se em torno das aventuras dos personagens: Marcos/ Severo (indígena/português), da Simá (mameluca), da amiga de Simá, a Iaiá (indígena/portuguesa) e do pai da Simá Régis (português). A narrativa transcorre pelo sítio do Tapera e do Remanso – espaços amazônicos.

Embora a narrativa apresente o nome da personagem Simá no título, o foco do autor na obra centra-se em conjunto de ações exercidas por personagens que transitam entre as duas culturas, como o envolvimento inadvertido da própria Simá com seu próprio pai, traindo seu marido, o indígena Domingos, que toca fogo no rancho do Remanso, matando, ao final da narrativa, Simá e seu pai Régis. Como assevera Gondim (2003, p. 90), em "*Simá*, há uma procura e uma preservação de identidade. O tuxaua que, de Marcos, passa a se chamar Severo, sintetiza a busca na própria perda de identidade, justificada pela mudança de nome". Nesse sentido, a referida personagem vivencia dois momentos culturais que afetam e obviamente moldam sua identidade.

Assim, *Simá* é considerado por alguns autores, como Gondim (1996), Queiroz (2009) e Batista (2017), um romance de corrente indianista, pois relata o processo de colonização dos portugueses e dos espanhóis sobre os indígenas, sobretudo no Amazonas. *Simá* é considerado também o primeiro romance amazonense, cuja obra faz alusão às disputas sangrentas durante o processo das demarcações territoriais na disputa entre portugueses e espanhóis, no contexto envolvendo o governo luso-

brasileiro e a Companhia de Jesus. Tais disputas consideram a resistência dos povos indígenas, que lutaram para manter uma identidade em relação ao seu território. Esses fatos são considerados pelo próprio autor de Simá como “entrelaçando” o contexto histórico por meio do romance.

Segundo Costa (2014), o cenário do romance é precisamente a região de fronteira entre as coroas espanhola e portuguesa no Alto Rio Negro e concentra-se, especificamente, em oferecer um retrato dos conflitos gerados nessa região pelos interesses estratégicos das duas Coroas. A obra original (manuscrito) pode ser encontrada no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Para esta pesquisa, foi analisada uma reedição da Editora Valer, de Manaus, organizada pelo professor Tenório Telles e acompanhada pelo estudo crítico Gondim (1994, 1996, 2002, 2011).

Na obra, o personagem Marcos ou Severo é um indígena que sofre com o luto de sua amada Efigênia, com quem teve a filha Delfina enquanto, sobrando somente sua filha como algo bem valioso. Mas a chegada dos líderes das missões jesuíticas⁹ passa a modificar a dinâmica do povo do sítio Tapera. Outro personagem desse drama familiar, apresentado pelo narrador de Simá, é o “regatão ambulante”¹⁰ – o português Régis: “Era um homem traquejado nas casas alheias em razão de sua profissão de regatão ambulante” (AMAZONAS, 2011, p. 24).

Esse personagem desencadeia uma série de acontecimentos, a começar como o estupro da filha do tuxaua Marcos, Delfina; também o desejo pela filha Simá ao longo da narrativa, sem saber que esta, era sua filha. E as trapaças com amigo Loiola, afim de raptar seu “amor”, Simá, das mãos de Domingos. Já Simá, era uma mameluca, fruto de um estupro de uma índia, sua mãe, com um português, o regatão Régis. Simá era muito admirada por sua beleza, encantou todos que a conhecia, até mesmo seu pai (que se apaixonou por ela, sem saber que ela era sua filha), casou-se com o indígena Domingos, a quem conheceu durante a catequese. É por conta de Simá, que Domingos, em um ato insano, coloca fogo em toda uma vila, no qual morre Simá, Severo e Régis.

A obra de Amazonas (1857) é rica em mostrar como, com o processo sócio

⁹ As missões eram povoações indígenas dirigidas por padres jesuítas entre os séculos XVI e XVIII, criadas em 1534, no contexto das Reformas Protestantes que agitaram a Europa no alvorecer do Período Moderno. Seu principal objetivo era catequizar os índios, impondo-lhes os costumes europeus e o catolicismo.

¹⁰ O “regatão” era um negociante ambulante que viajava entre cidades e comunidades amazônicas, vendendo mercadorias para caboclos pescadores e caçadores ou trocando com pequenos comerciantes ribeirinhos produtos regionais e extrativistas (Ver Costa,2007)

histórico da expansão colonial, sobretudo, a luso-brasileira, o espaço amazônico sofreu com o período da colonização durante o século XVIII. Outro fator marcante dentro da obra é a reconstituição histórica da Rebelião de Lamalonga, que levou à destruição das povoações indígenas de Bararoá, Caboquena e Lamalonga, nas imediações de Santa Isabel, no Alto Rio Negro (COSTA, 2014). A propósito, a obra *Simá* “romantiza” os tais fatos conflituosos da história, relatando a Amazônia de disputas entre os portugueses e alguns grupos indígenas. Assim, temos um paralelismo ficcional com o contexto do domínio das missões espirituais/jesuíticas, e primordialmente o reconhecimento do processo populacional da região Norte com foco nas populações indígenas.

Cabe destacar ainda que o romance em questão já é discutido em alguns trabalhos de cunho histórico-geográfico e literário, além de estudos amazônicos (artigos, dissertações e capítulos de livros) que buscam discutir, a partir de referenciais teóricos diversos, aspectos ligados a algumas temáticas, tais como: historicidade colonial, cartografia, identidade, memória e narrativa, desenvolvimento e entre outros.

O levantamento feito por Furtado (2012), por exemplo, a respeito de algumas pesquisas realizadas na década de 70 e 80 do século passado sobre a obra *Simá*, mostra que ela pode ser considerada como o “primeiro romance amazônico” e como precursora do indianismo de Alencar, comentário feito por Márcio Souza (1977). Apesar dessa perspectiva mais regionalista, Furtado (2012, p. 3) opta por entender que se trata de um romance que se inscreve como “romance brasileiro sobre a Amazônia”, argumentando em favor dessa visão o “fato de a região ter comparecido em obras escritas em inglês e francês que fazem parte do acervo de outras literaturas que não a amazonense e nem brasileira”.

Há ainda, desse período, os trabalhos de Gondim (1982), Queiroz e Lima (2008), Queiroz (2009) e Sousa (2013), tratando a respeito do romance de Amazonas, no que diz respeito ao regionalismo literário na Amazônia. Todavia, no escopo dessas discussões, apenas no trabalho de Queiroz (2009) há maior discussão, de cunho literário, historiográfico e cultural, sobre o romance e sua relação com os campos literário e cultural, mas ainda não com foco na representação e na construção identitário-cultural e discursiva. Esse trabalho se preocupa com “as impressões do olhar etnocêntrico deixados pelo escritor baiano na sua experiência de desloca-

mento físico pelo imaginário cultural amazônico” (QUEIROZ, 2009, p. 10).

4.4.1 (In)visibilidades identitárias em *Simá*: o colonizador e seu *modus operandi* na Amazônia.

Conforme pontua Bonnici (2000), o desenvolvimento da literatura pós-colonial não segue um percurso linear, mas salienta que obras literárias desse caráter foram produzidas por viajantes a serviço do colonizador. O mesmo autor destaca que foram produzidas obras por nativos que haviam sido educados na metrópole, mas estes ainda não possuíam consciência autônoma, pois escreviam de acordo com o cânone literário da cultura colonizadora. Nesse sentido, *Simá* configura-se como uma obra que apresenta relações com outras obras literárias de caracterização canônica, já que

Como Araújo deixa claro ao citar, no primeiro capítulo do seu romance, duas epopeias antigas, a *Ilíada* e a *Eneida*, são seus modelos literários: “Onde nenhum de seus naturais havia ainda lido nem a *Ilíada* nem a *Eneida*, para saberem, por causa de uma bela se queimara uma cidade, houve um Menelau, genuinamente Manaus” (ARAÚJO, 1857, p. 6). Com efeito, a própria estrutura do romance de Araújo é retirada dos enredos da epopeia grega e da romana, já que o romancista bahiano estabelece uma analogia direta entre as causas imediatas da Guerra de Troia e da Rebelião de Limalonga – quais sejam, os raptos de Helena e de Simá, respectivamente. À diferença da épica grega *Ilíada*, de Homero, que é relatada da perspectiva dos gregos vitoriosos, Araújo narra seu romance da perspectiva da nação dos Manau – que, massacrada pelos colonizadores, é identificada aos troianos perdedores –, não da perspectiva dos portugueses, que, vitoriosos, são associados aos gregos. (COSTA, 2019, p. 106).

Assim, considerando que *Simá* constitui-se como um romance histórico que faz alusão a conflitos político-espaciais, econômicos, culturais, religiosos e identitários na região amazônica, durante o período colonial, essa obra, conforme pontua Furtado (2012, p. 4):

Apresenta-se instigante por alguns elementos: seu indianismo discute a **problemática da identidade indígena em um processo já consolidado de colonização branca**, direcionando para a reflexão se havia ou não um caminho solo para o indígena açambarcado pelo domínio português e se não o português, o espanhol. (Grifos da autora).

É, portanto, no sentido proposto por Furtado (2012), que trata sobre configurações de representações coloniais das identidades de alguns personagens, que a

análise de dados desta pesquisa se configurará. Para isso, inicialmente, apresentase a análise a partir da parte introdutória e, em seguida, focalizam-se algumas passagens dos demais capítulos com os quais pode-se comprovar as discussões feitas, no sentido de se responder à problemática apresentada e corresponder aos objetivos que foram traçados.

4.5 Iniciando a Leitura Pós-Colonial em *Simá: a Viagem, a Floresta e as Representações*

Já na parte introdutória do romance, considerada como primeiro capítulo da obra, Amazonas (2011), a partir da visão do narrador, ambientaliza o romance *Simá* na Amazônia e convida o leitor a adentrar na narrativa, mostrando-lhe a paisagem amazônica e suas belezas:

Suponde-vos em viagem no Amazonas. A vossos olhos deslumbrados se ostentam majestosas de um outro lado suas margens, guarnecidas d'elevado arvoredado, que por efeito de sua densidade, como duas muralhas de verdura se estendem até o horizonte. Este aspecto, apenas interrompido por algumas insignificantes colinas, que todavia guardam entre si distancias de dezenas de lagoas, importam uma monotonia, que cresce de ponto na estação do inverno, ou enchente do rio, quando pouco, ou contrário o vento, e excessiva a corrente, sois obrigado muitas vezes a avistar ainda um mesmo objeto durante oito dias consecutivos.(AMAZONAS, 2011, p. 3).

A configuração da paisagem natural, conforme descrita no trecho acima, representa também acontecimentos que, em certa medida, se relacionam com um modelo de colonização implementado no Brasil e na região da Amazônia, já que, em seguida, em seu relato de viagem, o narrador descreve três fatores que se relacionam ao surgimento das taperas¹¹. Esses fatores, possivelmente, contribuíram para o abandono pela população indígena da região do Amazonas e Solimões. Os fatores foram, segundo Amazonas (2011, p. 11-12) a) a antiga perseguição dos Muras; b) a praga do carapanã e, c) a modernamente revolução de 1835”.

¹¹ Dada a formação de Araújo, tanto o primeiro quanto os demais capítulos do romance apresentam diversos temos históricos que são explicados na própria obra, mas também são apresentados ao final de *Simá* como nota de rodapé. Em relação ao termo *tapera*, o narrador deixa claro que ele representa “em língua túpica (conhecida no país como língua geral) as ruínas de uma povoação, fazenda, ou casa, invadidas pelo mato” (AMAZONAS, 2011, p. 11).

A antiga perseguição dos muras que aos primeiros estabelecimentos portugueses importou horroroso flagelo, e a praga do carapanã, outro, senão fatal, não menos incômodo, obrigando as povoações e estabelecimentos rurais a contínuas mudanças, ocasionaram as taperas, que em outro tempo se notavam no Amazonas e Solimões; e modernamente a revolução de 1835 motivou outras, em número crescido, quanto indeterminado, assim no grande rio, como em seus afluentes, cuja vista ainda hoje desperta dolosíssimas recordações, porquanto de seu objeto se ressentia a humanidade. Já sabeis, pois, o que seja “uma tapera”, e como Sant. Pierre possui, não direi a extravagância, por cortejo a vós; mas toda outra qualquer coisa importe a excentricidade de achar prazer nas ruínas, aí tendes o tema”. (AMAZONAS, 2011, p. 11-12).

Entre os aspectos mencionados no trecho acima, destaca-se como relevante para esta análise – em uma visão pós-colonial – a forte repressão imposta pelos colonizadores, principalmente pelos portugueses, ao povo Mura, aos seus costumes, crenças e valores, quando vemos o narrador se referir ao processo de flagelamento imposto a essa população indígena. Nesse sentido, conforme pontua Gondim (1994), em uma visão de Amazônia inventada, o colonizador impôs a eles [indígenas, não apenas aos Mura], uma visão de *coisificação do outro* a partir de seus modos de entender a cultura *do outro* com base na sua, isto é, a partir de um *modus operandi* dominador.

Caldas (2006), também tratando sobre os Mura, destaca que na obra *Muhuraida*, de Henrique João Wilkens, trata-se o processo, na visão do colonizador, da conversão do povo Mura ao catolicismo, como uma forma de lembrar a bravura “dos heróis portugueses” que conseguiram vencer a barbárie Mura a partir do milagre divino. Entretanto, a obra apaga e faz esquecer, ainda de acordo com Caldas (2006), a resistência indígena como elemento épico. Além disso, de acordo com o mesmo autor, esse projeto de colonização das áreas conquistadas e da propagação da fé cristã portuguesa cumpre a função de um processo de “limpeza étnica” como diz:

O poema heroico Muhuraida ou o triunfo da fé (WILKENS, 1993), do engenheiro militar português Henrique João Wilkens – cujo manuscrito data de 1785, sendo, entretanto, de 1819 a primeira edição, a cargo do padre português Cypriano Pereira Alho –, enfoca as condições da rendição da nação indígena Mura e o processo que a levou à conversão à fé católica, ao mesmo tempo em que revela a capacidade de organização indígena na defesa de seus próprios interesses, como o aspecto sagrado de seu território. O poema tam-

bém pode ser visto como um dos desdobramentos do processo de “limpeza étnica” enquanto estratégia do colonizador para garantir a expansão política e econômica de Portugal no decorrer do século XVIII. O processo de eliminação do outro – prática comum no discurso militar colonial, que impunha a “civilização” do europeu à “barbárie” do nativo americano – ficou durante muito tempo abrigado sob o manto oficial das chamadas “guerras justas” de que os Mura foram vítimas, sendo considerados como índios incivilizáveis em função de seu caráter “bárbaro” que não permitia a expansão geográfica através do mapeamento e da consequente demarcação do território referente à capitania do Rio Negro, nem o desenvolvimento econômico da região, cuja estrutura estava sendo levada adiante por meio das feitorias leigas que a política de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) implantava no norte do Brasil. (CALDAS, 2006, p.1-2).

A respeito ainda desse aspecto de “índios (in)civilizados”, Amazonas (2011, p. 13) mostra como isso marca a configuração da identidade que foi imposta pelo branco aos indígenas. Isso é observável quando o narrador informa que:

Não precisa muita perspicácia para estranhar-se que os Manaus, a ***Nação mais dócil e civilizada do Rio Negro***, achasse azada para subtrair-se a amizade dos Portugueses e tornasse-lhes infensa a ocasião precisamente, em que a metrópole se tornava toda concessões e favores ao país. (Grifos do autor).

Nesse sentido, o projeto de colonização cumpre um papel nocivo sobre as populações indígenas e na constituição das identidades dos povos ameríndios, pois se configura como um processo de dominação, desumanização, realocação, e (re)definição de identidades, de preconceito racial, de tortura, de banalização da vida, sempre sob a bandeira do “processo civilizatório e de salvação” (BHABHA, 2013. p. 123-124), ou seja, o objetivo do discurso colonial “é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”.

Assim, de acordo com Césaire (2010), o projeto colonial não pode ser confundido com benesse às populações que foram subalternizadas, minorizadas e escravizadas, já que ela não foi mera evangelização nem empreitada filantrópica, pois “na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização” (CÉSAIRE, 2010, p. 17).

4.6 O Regatão Régis e o Indígena Marcos ou Português Severo: Identidades Subalternizadas na Literatura Amazônica Colonial

Conforme já mencionado, o romance de Amazonas (2011) apresenta personagens que habitam a Amazônia num período de domínio colonial de Portugal sobre o Brasil e se estende até ao ciclo da borracha (GONDIM, 2011). A obra é observada como uma narrativa histórica, que descreve esse período da Amazônia de forma minuciosa a partir do comportamento das suas personagens. Assim, a obra *Simá* apresenta personagens que marcam, portanto, a constituição da Amazônia colonial (pescadores, indígenas, seringueiros, caboclos e comerciantes).

Além disso, o universo amazônico é formado de seres, signos, fatos e ações que podem indicar múltiplas possibilidades de análise e interpretação. Nesta perspectiva, optou-se por analisar, a partir da ótica dos estudos pós-coloniais, com foco no conceito de Identidade, os personagens Régis e Marcos/Severo, respectivamente, português e indígena/português.

A narrativa ficcional, como lembra Lopes (2007), reside em ser a primeira tentativa de registrar a condição de vida na Amazônia, em definir as relações entre índios e brancos (colonizados e colonizadores), recriando a atmosfera da região ainda em confronto aberto com os conquistadores. A partir da ambientação da Amazônia colonial, o autor de *Simá* apresenta características dos relatos de viajantes, com destaque para a paisagem amazônica.

Dessa maneira, conforme Furtado (2012), o capítulo “O Regatão” é apresentado uma família harmoniosamente formada por um nobre indígena e sua filha, rodeados de criados. Marcos/Severo, o pai, conversa com a filha, Delfina, sobre seu destino amoroso, durante um jantar tão lauto quanto simples, indiciando o cotidiano daquele grupo colocado às margens do Amazonas e Solimões, próximo de Coari e Tefé. Ainda conforme Furtado (2012, p. 4):

O regatão, branco e português, irrompe como hóspede negociante e quebra a harmonia daquele jantar, daquela noite e daquele lugar, pois, ardiloso, veio mal-intencionado e com estratagemma definido: roubar os indígenas, quando adormecidos pela ingestão de vinho e sonífero, vagarosamente degustado em uma discussão sobre assuntos da época.

Abaixo, transcreve-se algumas partes da narrativa do segundo capítulo:

II - O REGATÃO

A ceia estava servida. [...] como é sabido, lugares há nas margens do Amazonas e Solimões, em que a necessidade de evitar de noite a praga do Carapanã, prescreve a medida de se fecharem as casas a aproximação do sol ao seu ocaso [...] Uma garrafa continha vinho, que na verdade mais servia para figurarem honrada. **A cabeceira era ocupada por um homem de cerca de quarenta anos, indígena genuíno, de aspecto nobre, franco e sereno; mas na expressão de cuja fisionomia fácil fora aperceber um toque de melancolia.** Trajava luto, que consistia em uma curta túnica por cima da calça e camisa, as quase se ajustava por um cinturão de couro apertado por uma fivela de metal. A falta de colarinho na túnica era suprida pelo da camisa, que sobre ela cabia, tão alvo a contrastar com cor escurada túnica. Sobre um bofete estava seu chapéu de fina palha, primorosamente tecida, destes que fabricados no Solimões e Marañon, exportados pelo pacífico [...] **A sua esquerda se assentava urna rapariga, também indígena, de 18 anos, na qual se apercebia apara do asseio, polidez e amanho, que lhe proporcionava uma educação excepcional aos de sua raça, a ingenuidade que lhes é inerente.** Ira Java vestido branco; e seus adornos, como brincos, colar e pulseiras exprimiam dó. Semelhante tratamento e qualidades em Indígenas genuínos surpreenderão certamente a quem ignorar que Indígenas houveram tão apreciados pelos governadores, que promovidos a postos militares, honorificamente condecorados se tornaram importâncias em seus distritos; e cujo merecimento para tanto conseguir importava a par de uma bravura e denodo proverbiais, a mais devotada dedicação, fidelidade superior a toda a expressão, probidade a toda a prova, e uma honestidade e morigeração a irrogar formal repreensão aos próprios dominadores. [...] O lado direito da mesa, que a ocupação dos outros fazia supor, que pertencia a alguém ausente, não tinha nem cadeira, nem talher: mas polia-se observar uma espécie de acatamento ou veneração por ele, pois não era ocupado por objeto algum do serviço. Podia-se notar mesmo que jamais para ele se dirigiam os olhos, que ao retirar-se, uma nuvem de tristeza não sombreasse os rostos: que esta expressão crescia de ponto se os de ambos os compensasse surpreendiam ao retirar-se daquele lado; e que mais de uma vez em tal ocorrência uma lagrima se escapava, que furtivamente se enxugava. [...] E Marcos entendeu oportuno quebrar de urna vez aquela monotonia, e terminar tão longa e penosa apreensão. (AMAZONAS, 2011, p. 8-10).

No trecho transcrito, do capítulo em questão, vemos que o narrador opta por apresentar, de forma extensamente descritiva, as relações estabelecidas entre os indígenas e os portugueses no contexto da Amazônia. Essa relação é marcada pela força de relações identitárias, étnico-raciais e culturais, uma vez que ela de-

mostra que há sobreposição dos brancos sobre os indígenas. De forma resumida, o capítulo inicia com a entrada de Régis (o regatão) – um típico comerciante português dos rios amazônicos, na casa de Marcos/Severo. No contexto amazônico, o regatão possui duas caracterizações:

[...] é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de “produtos regionais”, agrícolas e extrativistas. O regatão tem uma história longa e controvertida na Amazônia: de um lado, é visto como um pioneiro heroico, trazendo a civilização para produtores isolados na floresta; de outro, como um atravessador sem escrúpulos, explorando os pobres da zona rural e roubando comerciantes locais em seus negócios [...] O papel do regatão na economia amazônica tem suas origens no início da ocupação europeia da região. Durante boa parte do período colonial, a maior parte do comércio entre Belém e o interior foi conduzida por comerciantes itinerantes chamados de “comissários volantes”. Muitos desses comerciantes vieram dos grupos de pequenos produtores colonos que, incapazes de obter uma quantidade suficiente de mão-de-obra indígena para a lavoura, optaram pelo comércio como melhor alternativa. Esses comerciantes, cujas operações frequentemente envolviam apenas uma canoa e uma quantidade de caçaça, fizeram um comércio lucrativo, embora ilegal, com as aldeias indígenas do governo, comprando produtos florestais e agrícolas de índios e de diretores corruptos das aldeias. Apesar de constantes tentativas, as autoridades coloniais nunca conseguiram erradicar, e nem regular, essa forma de comércio. (MCGRATH, 1999, p. 61-62).

Não muito diferente da descrição acima, Régis é um regatão que demarca, na obra, a presença colonial e a ideia de subalternização dos ritos nativos, já que, em determinados momentos, o personagem não considera os ritos indígenas como legítimos. Além disso, a condição de subalternização (SPIVAK, 2010) é marcada pelo narrador da obra ao mostrar, na seguinte passagem do segundo capítulo, Régis como convidado na casa do indígena Marcos:

E fez sinal a seus domésticos para abrirem a porta; e mudando-se para o lado direito da mesa deixou a cabeceira para o hospede: e era situação como de distraído, com os olhos baixos aguardou a sua entrada. Todos convirá em que Delfina se portasse bem pelo contrário: que, como mulher (o que dispensa dizer—curiosa—) com os olhos fitos na porta aguardasse a aparição do hospede : mas ela foi obrigada a abaixa-los, quando assomando ele nasala, medindo-a com rapidez elétrica à, e apercebendo-se de que havia uma Bela, fitou-a com tanta intenção, que cederia padecer de paralisia. Senhor, porém, completamente de si, e reatento as conveniências, entou logo um rasgado cumprimento, que ao chegar à mesa ainda restava

que dizer. Marcos com sua natural franqueza estendeu-lhe a mão e lhe disse.

— Seja bem-vindo. Está em sua casa, e entre os seus criados. É uma boa oportunidade: estamos a mesa, e aí tem uma cadeira. (AMAZONAS, 2011, p. 23-24).

Os discursos produzidos no contexto colonial tinham o objetivo de criar representações sociais que marginalizavam/discriminavam/subalternizavam os saberes/conhecimentos dos nativos. Isso fica evidente, neste segundo capítulo, pois Régis usa da boa receptividade de Marcos/Severo e sua filha – Delfina – para roubar os produtos comercializados por Marcos/Severo em suas pequenas vendas.

Assim, é possível evidenciar que a relação identitária é marcada pela entrada de Régis na casa do indígena e da filha, os quais, de bom grado, o recebem, o que marca a sobreposição da raça branca e do poder dominador sobre os indígenas, evidenciado pela descrição que o narrador faz de Régis:

Era um rapagão branco, de trinta anos de idade, natural de Portugal, de estatura regular; seu rosto de um contorno irrepreensível e claro, e suas faces rosadas. Se alguns traços nele existiam, daqueles pelos quais se puderam ler suas inclinações, gênio ou instinto, se achavam consideravelmente disfarçados sob a feliz aparência que lhe dava a mocidade: ou ao menos ninguém ainda possuía a ciência de Lavater, a quem faltavam ainda 4 anos para nascer a fim de poder interpretar o que significariam aqueles olhos, como que sempre úmidos, mas tão vivos como os de uma águia, e cujo fito uma donzela jamais ou-saria suportar: aquela boca alguma coisa rasgada, aqueles beiços grossos, aquele nariz, se bem que aquilino, contudo ultimando, como querendo arrebitar-se: e outros de diversas expressão, como rugas obliquas, angulares e curvas na testa, quando repentinamente se reconcentrava, que fariam supor oculta, sinistra intenção [...] e a nossa jovem indígena, levada de sua ingenuidade, fitava seus grandes olhos no elegante hóspede com franqueza tal a nada deixar restar a curiosidade, que assim a induzia. E o que lhe ocorria então à mente no exame de um moço de tão sedutora aparência?. (AMAZONAS, 2011, p. 24, 25).

Apesar da receptividade, o comerciante regatão embriaga tanto Marcos/Severo quanto Delfina, a qual é violentada enquanto dorme, e termina por roubar grande parte da venda de Marcos/Severo. Para realizar esse feito, o regatão embriaga pai e filha com um tipo de vinho temperado. Vemos ainda que o processo de subalternização é marcado na fala do narrador, bem como a sobreposição de “raças”, ao declarar que

Delfina era indígena, e a ingenuidade lhes é uma qualidade inata [...]

Delfina, posto se deixasse impressionar da vista de um Europeu, era com tudo bastante devotada a sua raça para que semelhante impressão pudesse ter a menor consequência. Indígena e simples examinava um Europeu, e nada mais; e Marcos mesmo estava bem tranquilo a este respeito”. (AMAZONAS, 2011, p. 15).

Nesse viés, para pensar como Gondim (2002), o romance *Simá* mostra o índio como possuidor de uma cultura milenar, ao mesmo tempo em que a colonização portuguesa é mimetizada como perniciosa por justamente eliminar a cultura indígena. Algo que também merece destaque é a configuração das relações identitárias marcadas pela presença de “criados” na casa dos indígenas Marcos e Delfina. Isso demonstra como a configuração da colonização portuguesa também alterou e reconfigurou as identidades locais no contexto da Amazônia no momento da *belle époque*. Há de se destacar, ainda, a força do colonizador de forma física, impositiva e violenta sobre o colonizado, tendo em vista que Régis estupra Delfina, logo após a embriagar.

Tratando a respeito da questão da configuração identitária de Marcos/Severo, vê-se que a sua identidade como indígena é reconfigurada, pois na transição para o terceiro capítulo da obra, Marcos desaparece e, portanto, sua identidade indígena é “deslocada”, pois sobre ele são inseridas inúmeras possibilidades de destinos, como se pode constar no seguinte exceto:

Mas nem no Coari, nem em Tefé, nem em qualquer outra povoação do Solimões, Japurá, Amazonas, e Rio Negro chegou a Igarité. Foi de balde que os amigos de Marcos, consternados o fizeram procurar desde a Ilha de Marajó até as Fronteiras do Peru e Bolívia. Marcos jamais apareceu e tão pouco dele se teve notícia. Mas os Indígenas, inspirados por sua predileção pelo maravilhoso, explicavam de diferentes maneiras o desaparecimento do homem. Diziam uns, que ressentido das injustiças do Governo da Capitania, e convidado pelos Jesuítas Espanhóis, se passara ao Peru a tomar o mando dos Jurimauas, ou Omaúás, nações que foram do domínio dos Portugueses, e que arrebatados por aqueles Frades em 1809 se estabeleceram, no Guanhaga e no Maranhão acima da confluência do Napo... Outros, que se dirigira ao Rio Madeira por convite dos mesmos Jesuítas para exercitar militarmente os Indígenas do Trocano, no que então se empenhavam os Frades daquela Missão. Outros, que determinado por sua filha, cujo entusiasmo era conhecido, acedera a ir ela retinir-se as filas da Icamíabas, acompanhando-a ao Nhamundá, e a estabelecer-se ele mesmo nas imediações das malocas daquela tribo feminina: o que tudo, como fácil é de presumir, estava bem longe da exatidão. (AMAZONAS, 2011, p. 44-45).

Esse deslocamento de identidade configura-se como uma forma também de

negação da identidade local em função da imposição de uma nova identidade, o que configura a “diferença colonial”, no sentido proposto por Mignolo (2003). Assim, Marcos assume, no oitavo capítulo da obra, a identidade de Severo e, apesar de sua condição indígena ser “recategorizada”, ou seja, apresentada por outro ângulo, a identidade hibridizada – de português – se sobrepõe, como sugere a passagem a seguir:

— Mas quem é Severo? algum nababo Português, sem dúvida ?
 — Não. É um indígena .
 — Mas então que indígena é este? Aqui agora há mais que disser; ou antes, o muito que se diz, resume-se em tão pouco que nada adianta. Pretende ia m uns que o Sr. Severo fosse um oficial, retirado do Serviço no Pará, desgostoso pela paga, então, como sempre ordinária aos naturais do país, que servem confiados tão somente em sua capacidade, e por isso dispensando-se de alheio valimento. Pretendiam outros, que Sr. Severo, em razão de sua tal ou qual instrução e polidez, fosse nada menos que um Jesuíta de habito curto, empregado pela Companhia em predispor os Indígenas contra os Portugueses. Os que porém entretanto disparates mais acertadamente falavam, com quanto nada adiantassem, eram os que contavam, que um dia ao anoutecer, varara uma canoa porto de Santa Izabel: que delia desembarcara um velho Indígena, acompanhado de uma fâmula, que carregava uma menina: que se dirigira a Igreja em demanda do Missionário, com o qual praticara até avançada hora da noite: que no dia seguinte, havendo o Missionário batizado a menina, embarcava com ele, e seguira rio acima; e que voltando dias depois, apenas dissera sobre a sua viagem, que assistira aos trabalhos da abertura de um magnifico Sitio de Senhor Severo no Remanso : e disse : nada mais devendo importar a pessoa alguma acerca de um homem, que o Missionário distinguia com suas atenções r que desde então o Remanso foi um Sitio, e em diante embelecido, como então se achava. (AMAZONAS, 2011, p. 97-98).

De fato, o capítulo evidencia, de forma metaforizada, um imaginário amazônico em que o indígena – “raça inferior” – é ludibriado pelo branco, não só em função de aspectos ditos culturais e relacionais, mas pela mística de que o indígena é um sujeito subalterno, ingênuo, incapaz de se defender e, por isso, submisso aos comandos do colonizador. Assim, no romance de Amazonas (2011), há marcações de relações étnico-raciais em que as identidades dos personagens indígenas são apresentadas sobre a lógica do pensamento biologizante (FOSTER, 2004) e pelo viés eurocêntrico, mesmo quando Severo assume a condição de português.

4.7 Simá: A Indígena e as (Re)Configurações Identitárias

Feita a análise dos dois primeiros personagens selecionados para a discussão – Marcos/Severo e o regatão português Régis – trataremos agora da análise das configurações identitárias da mameluca Simá. A imposição da força colonizadora sobre Marcos e Delfina, ocasionada pela figura do regatão português Régis, leva os dois indígenas a (re)configurarem suas vidas, conforme destaca o narrador da obra, já que a casa deles é incendiada, o que os força a buscarem abrigo com amigos e parentes (outros indígenas).

Assim, após o roubo de Régis e o estupro de Delfina, cometido por aquele personagem, são decorridos 10 anos, conforme descrição do narrador no terceiro capítulo da obra, denominado “Simá”. Neste capítulo, Simá aparece como uma mameluca que nascera do ato de violência sexual cometido por Régis, sendo que Simá passa a ser criada por um missionário de Santa Izabel. O nascimento dessa mameluca somente é descrito no oitavo capítulo da obra, denominado de “Severo”, como se explica no seguinte exceto:

Sr. Severo entrara no Rio Negro, descendo pelo Uaupez, ao qual passara do Yapurá, no qual superiormente as cachoeiras habitara algum tempo em uma maloca de Xomanas. *Ali foi que nasceo a menina, que apresentara em Santa Isabel,—Simá—*cujo nome lhe foi imposto por uma aia de sua May, da Nação cujo nome por alarde conservava. Xomana em suas preterições a segunda vista, ou em bom Portuguez-2 - feitiçaria entendera dever tirar o horoscopo a menina por ocasião de seu nascimento: em cujo empenho, naturalmente em razão do estado de seu pobre cérebro, foi impressionada da ideia de—fogo.—Seu afetuoso interesse pela imponente ditou-lhe interpretar aquela ideia, não por incêndios, vulcões; mas sim pelo Sol, foco de luz e de calor: em virtude do que, e ainda em alusão a seus belos olhos, e formosura, Impôs-lhe aquele disser—Sol— A May de Simá em preza de urna fatal melancolia, faltou-lhe, quando seus passos principiavam apenas a firmar-se como dando por satisfeita sua missão com ultimar sua amamentação: o que determinou Severo a deixar um pais selvagem, que nenhuma proporção podia oferecer para a educação, que entendia devida a sua filha: e assim foi que o vimos chegar ao Rio Negro, e tão intimamente relacionar-se com o Missionário Carmelita—Fr. Raimundo de Santo Eliseu—que então exercia seu Apostoleio no Ministério nas imediações das cachoeiras daquele Rio. Sua paternal solicitude ditou-lhe fundar um Sitio com proporções a importar um estabelecimento, garante de seu futuro: em cujo resultado mui consideravelmente contribuirão o empenho e recomendações da Corte aos Capitães Generais do Pará para a cultura do anil, a qual se agregava por sua excelência a do Café, que tanta impor-

tância deram as Povoações, de Caboquena até as cachoeiras. (AMAZONAS, 2011, p. 98-99).

A personagem Simá também se configura a partir de diferenças coloniais (MIGNOLO, 2003), já que, como filha de uma indígena – Delfina – e de um português – Régis – a protagonista da narrativa é uma mameluca criada pelos jesuítas/missionários. Assim, nesse capítulo em questão, vemos fortemente a presença do poder português e da colonização europeia na Amazônia sobre as identidades locais (culturais e religiosas) – a igreja e as missões jesuíticas e o *modus operandi* da cultura portuguesa –, já que a questão religiosa (europeia) se sobrepõe às práticas religiosas, aos ritos e aos costumes indígenas, impondo-lhes modos outros de vivenciar a cultura alheia, como a catequese e a primeira comunhão, o que também ocorre com Simá, conforme descrito no excerto a seguir:

III – SIMÁ

Dez anos depois (1748) na manhã de Quinta-Feira Santa ao atracar ao porto da Missão de Santa Izabel uma linda e bem esquipada Igarité, que viera rio abaixo, e acudindo ao porto em seu encontro um velho Missionário Carmelita, que naturalmente a aguardava, vestido, como convinha naquele dia, com toda a cerimônia de sua Ordem, assomou fora do tijupá da Igarité uma bela menina Mameluca, de idade de nove anos, vestida de ponto em branco, trazendo na cabeça preso a uma capela de flores brancas um véu da mesma cor: do que pouco custa concluir, que vinha fazer a sua primeira Comunhão. Mui de proposito é que designamos a Ordem do Missionário”. (AMAZONAS, 2011, p. 47).

Além disso, Simá também é colocada sob a configuração de objeto sexual, de coisificação, isto é, ainda impera a visão europeia de dominação dos “corpos colonizados”, já que em outro momento da obra o narrador demonstra como Simá, após chegar à fase adulta, é vista:

Ela havia com a idade assumido toda a graça inerente as Mamelucas: sua formosura e elegância a par de sua polidez e amabilidade constituindo-se proverbiais, faziam-na importar uma originalidade naquela parte, ainda tão pouca apreciada do Grão-Pará: o que induzia a ser o Remanso incessantemente visitado por amadores, que a pretexto de observar as plantações e mais benfeitorias daquele Sítio norma, hão cevar a curiosidade pela “bela Mameluca”.[...] Os brancos principalmente, afeitos a considerar uma bela Indígena, ou Mameluca, como um direito feudal, ressentiam-se da impossibilidade, que lhes importava a solicitude e prevenção de Severo a par da habilitação de sua filha para compreender a sua dignidade: e este sentimento crescia de ponto a ideia de que ela era destinada para o

tálamo de um Indígena”. (AMAZONAS, 2011, p. 144-145).

Simá, portanto, passa a ter, nesse sentido, uma dupla representação identitária na obra, assim como Marcos, pois apesar de ser vista como uma indígena que “foi educada” nos moldes da visão do colonizador, a partir da educação jesuítica/missionária, sobre ela ainda recaem características de sua identidade como indígena.

4.8 Iaiá: A Mameluca Clara de Pele Branca e Rosada

No nono capítulo da obra, Simá, uma nova identidade é configurada, no caso a mameluca Iaiá. As identidades locais apresentadas na obra Simá carregam não apenas elementos que marcam a luta do povo ameríndio por sua representatividade, mas também a necessidade de se fazer forte e resistente. Assim, Iaiá, conforme descrita pelo narrador, era branca, mas que em muito ainda lembrava características de seu povo indígena, pois era uma mameluca filha de um português com uma indígena:

Principiemos por descreve-a. Era branca, como já dissemos : mas isso, se conscienciosamente se pode chamar a filha, embora de um Português, mas com uma Mameluca, que por isso deve olhar muito de perto para a sua raça Indígena : do que no Grão-Pará resulta um efeito surpreendedor e revoltante : porque ao passo que em todas as demais Províncias ascendência indígena é apreciada da maneira a mais honrosa e entusiástica, ali atenua-se este apreço, á ser precisamente onde o Indígena é olhado com a maior indiferença, senão abandono e desprezo; e assim também quanto a eles relativo : e por isso é que até as mesmas Povoações tem dois nomes, um Brasileiro e outro português, em cuja alternância se há observado o Governo e a Assembleia procederem, mais de uma vez segundo seu capricho. [...]. E a não ser a ignorância, cuja principal propriedade é a explicação de muita cousa, critica se tornaria a situação de quem pretendesse deparar com a causa, porque seja o os próprios naturais do país, os mais despeitados de quanto relativo ao Indígena, não obstante, sua bela tez morena, seus ricos azevichados e corridos cabelos prestarem-se tão facilmente a leitura de sua feliz ascendência!. (AMAZONAS, 2011, p. 111-112).

Nas diferenças coloniais marcadas nesse fragmento, vemos certa valorização de algumas características de Iaiá relativas a sua representação identitária, porém isso só é reforçado em função do fato de a mameluca ser filha de um portu-

guês, o que é reforçado no momento em que se destaca que a “formosura” da bela mameluca só pode ser ter sua origem na “raça” portuguesa, como se pode perceber no seguinte exceto da obra:

E, pois, sobre ser ela branca, era rosada, e tinha os olhos quase azuis; e os cabelos, perdendo a cor preta tiravam alguma coisa a louros: pela razão de que seu Pai, o Sr. Calixto, não obstante ser Português, era um completo louro. Não havia ainda o Exército Francês invadido Portugal, para que por isso se pudesse explicar, ou ao menos interpretar a razão de tantos louros naquele Reino, ulteriormente a aquela lamentável ocorrência. Mas atento que no tempo da nefanda dominação espanhola fora por 60 anos a sua guarnição feita por tropas daquela Nação, em cujo pessoal se compreendiam também Alemães, Suíços, Belgas, Holandeses, e, nenhuma surpresa deve causar, que Sr. Calixto fosse neto, ou bisneto de alguma bela cachopa, cujo merecimento tivesse sido devidamente apreciado por algum homem lá bem do Norte, de pescoço comprido, olhos azuis e cabelo louro ; Seu nome era Clara: mas quase ninguém naquelas 20 léguas mais próximas o teria respondido a se lhe ter perguntado. Sabe-se o quanto em terras pequenas prevalece ao nome um apelido: e sabe-se ainda mais o quanto são felizes os Indígenas na imposição de um, pelo dom que possuem de o fazerem o mais possível de acordo com a natureza. E por isso, e pela cor rosada de Clara, não obstante o epidêmico do país, eles a haviam chamado Aiaiá, e por abreviatura ainda—laiá.— Este nome é em língua geral o da colhereira, linda ave ribeirinha, de uma cor equivocada entre a branca e a de rosa, a qual se torna mais ou menos densa* segundo a idade, estação e lugar; sendo quebrava é quase encarnada, e domesticada quais branca. E é esta toda a analogia que lhe achavam os indígenas para um tal apelido, e não porque, como porventura ocorra a algum engraçado, ela tivesse tão grandes beijos, a assemelharem-se as espátulas, que ornaram a boca da colhereira, e do que lhe provem o nome. (AMAZONAS, 2011, p.112).

laiá, portanto, configura-se como mameluca que tem suas identidades representadas ainda pelo viés do colonizador (na voz do narrador), pois suas características são diretamente atribuídas, apesar de mameluca, ao branco português, sendo essa a raça mais “legítima”. Ainda conforme o excerto acima, as características que enquadram laiá como “mulher branca”, da pele rosada e olhos quase-azuis e cabelos loiros, só podiam ser de seu pai português, pois “Não havia ainda o exército francês invadido Portugal, para que por isso se pudesse explicar, ou ao menos interpretar a razão de tantos louros naquele Reino” (AMAZONAS, 2011, p. 111).

O conjunto de análise apresentado mostra como a obra Simá apresenta a produção discursiva acerca do poder da colonização e do colonizador nas repre-

sentações identitárias presentes na Amazônia. Isso evidencia como o poder do processo da cultura europeia, principalmente portuguesa, imperou fortemente no contexto da Amazônia, pois, conforme pontua Said (1990, p. 36), o projeto de colonização do imperialismo foi “ilustrar a formidável estrutura da dominação cultural e, especificamente para os povos outrora dominados, os perigos e tentações de se empregar essa estrutura sobre si mesmo e sobre os outros”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações identitárias na Amazônia colonial em uma produção literária do século XIX configuraram-se como objeto de estudo na análise feita nesta dissertação. A partir dos estudos pós-coloniais e dos estudos sobre identidades foi possível apresentar um conjunto de análises a respeito de como o processo de colonização, no contexto da Amazônia do século XIX, instituiu e impôs certas imagens do outro e suas culturas locais, conforme representadas em *Simá: romance histórico do Alto Amazonas*.

Nesse sentido, conforme discutido ao longo deste trabalho foi possível mostrar que os personagens analisados, construídos e forjados no contexto colonial da Amazônia objetivaram a criação de representações sociais, culturais e identitárias que marginalizaram, discriminaram, subalternizaram e estigmatizaram não apenas as identidades, mas também os saberes que configuravam as diferentes culturas ameríndias.

Dessa forma, pôde-se perceber que a imposição do projeto colonialista/imperialista (SAID, 1990) sobre os sujeitos colonizados atendeu principalmente a um projeto de expansão ideológico e cultural feita por países europeus. Essa tática, de forma bem evidente, constituía-se em criar espaços nos quais os sujeitos colonizadores pudessem elaborar determinadas estratégias discursivas sobre o Outro e, nesse processo, possuíam/dominavam o conhecimento sobre os objetos, enquanto que os sujeitos colonizados produziam apenas meros artefatos de sobrevivência.

Assim, no romance *Simá*, vemos que o contexto colonial marcou os corpos e as identidades dos sujeitos colonizados, deslocando, reconfigurando as identidades em nome da razão metropolitana. Além disso, a força da colonização portuguesa, particularmente, se faz presente em variados momentos no romance de Amazonas (2011) a partir das representações identitárias, como por exemplo na chegada do comerciante português – o regatão Régis – que abusa sexualmente da filha do então indígena Marcos. Isso demonstra também o processo de coisificação que os sujeitos indígenas sofreram na Amazônia, a partir da ação dos portugueses, que não se limitaram apenas ao jugo físico, mas executaram diversos abusos sobre as populações indígenas.

Além disso, *Simá*, apresenta aspectos de deslocamentos de identidades que mostram como os sujeitos indígenas foram reconfigurando suas identidades locais a partir de práticas que foram a eles impostas, como no caso da mameluca Simá, que fora criada nos padrões da educação jesuítica e que, ao longo da narrativa, distancia-se de suas práticas indígenas quando, ainda criança, participa das ações dos missionários jesuíticos que a criaram depois que Marcos a deixou com o missionário de Santa Izabel. Simá representa um conjunto de personagens que trazem, de fato, a relação entre as culturas tanto indígenas quanto europeia e o processo de colonização que aos primeiros foi imposto.

Fica evidente, portanto, que o *modus operandi* da colonização se apresenta na literária pós-colonial e os relatos de viagens, como podemos considerar a obra de Amazonas (2011), apresentam forte teor em mostrar a identidade da Amazônia ainda de acordo com a visão do outro, daquele que a explorou, retirou daqui o que havia de riquezas e realizou a imposição de novo modo de vida, ver, ser e estar na Amazônia. Além disso, a ideia de nação que precisa ser civilizada e tornada cristão imperou de forma preponderante também na obra, já que o discurso colonial objetiva, conforme salienta Bhabha (2013), em apresentar o colonizado como um sujeito degenerado com base em sua origem racial, de modo a justificar e estabelecer sistemas de administração (religiosa, dogmática e financeira) e de instrução sobre os que aqui viviam.

Essa subalternização (SPIVAK, 2010) também foi evidenciada a partir de nossa análise da personagem laiá, que ora é apresentada com traços de identidades portuguesa, mas é reconhecida depois como mameluca, com sensualidades aos olhos do colonizador e, assim como Simá, é representada em determinados momentos da obra como objeto de desejo, objeto sexual, ou seja, por um processo de violação colonial que produziu a coisificação e objetificação das mulheres indígenas, mameucas e negras na Amazônia do século XIX.

Este estudo, portanto, permitiu-nos mostrar que as representações identitárias em produções literárias da Amazônica evidenciam, a partir de um grande mosaico, que o processo de colonização em muito influenciou as representações dos povos da Amazônia, de seus costumes, crenças, bem como relações entre eles e suas próprias identidades e modos de imposição de outras identidades sobre as locais. Além disso, nossa pesquisa abre caminhos para novos estudos que ainda

podem ser realizados sobre essas relações e representações identitárias, os quais podem ser vistos por aspectos socio-geográficos e também geopolíticos e até de formulação e reformulação de processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, B. CAMPEDELLI, S.Y. **Tempos de Literatura Brasileira**. São Paulo: Ática, 2004.
- ANDRADE, M. **Entrevistas e depoimentos**. São Paulo: T. A. Queirós, 1983.
- AMAZONAS, L.S.A.. **Simá-Romance Histórico do Alto Amazonas**. Org. Tenório Telles.3. ed. Manaus :Editora Valer, [1857]2011.
- ARRUDA, J.J. A.; PILETTI, N.. **Toda a História**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS,G.; TIFFIN,T.. **Post-Colonial Studies: The Key Concepts**. London: Routledge, 2013.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.
- BECKER, B. K. Geopolítica na Amazônia. **Estudos Avançados**: Portal de Revista da USP. São Paulo, v.19, n.53. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005. Acesso em: 4. jun. 2019.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BHABHA, H. K. . O entre lugar das culturas. *In*: BHABHA, H. K. **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses**: textos seletos. Org. de Eduardo F. Coutinho. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 80- 94.
- BONNICI, T.. Introdução aos estudos pós-coloniais. **Mimeses (Bauru)**, Bauru SP, v. 19, n.1, p. 7-24, 1998.
- BRUNETIERE, F.. **Evolução de gêneros da história da literatura**. 6. ed. Paris: ,Hachette et Cie,1914. Disponível em: http://obvil.sorbonne-universite.fr/corpus/critique/brunetiere_evolution-des-genres#body-12. Acesso em: 04 set. 2019.
- CALDAS, Y. Muhuraida: entre história e ficção. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**: Artigos da seção livre. PPG-LET-UFRGS,Porto Alegre. Vol. 02, n.01 Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/4864/2779>. Acesso em: 28. mai. 2018.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARDOSO, F.H. MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CARVALHO, A.L.C. **Foco narrativo e fluxo da consciência**: questões de teoria literária. São Paulo: Pioneira, 1981.

CESAIRÉ, A. **Discurso sobre colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

COSTA, D. P. P. . A História da Província do Amazonas na obra de Lourenço da Silva Araújo. *In: X Simpósio identidades e linguagens da/na Amazônia Sul-Occidental*, 2016, Rio Branco (AC). **Anais [...]** X Simpósio identidades e linguagens da/na Amazônia Sul-Occidental. Rio Branco, 2016. v. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/simposiufac/article/view/857>. Acesso em: 04 set. 2019.

COSTA, D. P. P. Mito e história no “romance épico” Simá de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas. **Revista Diálogos** (on-line), V.23,n.2, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/46096>. Acesso em 25. abr. 2018

DIRLIK, A. A aura pós-colonial na era do capitalismo global. **Novos Estudos Cebrap**, n. 49, p. 7-32, 1997. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74230601003>. Acesso em 04.set.2019

FOSTER, E.L.S. **Racismo e movimentos instituintes na escola**. Tese Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: 2004.

FURTADO, C.. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, M. T. O Guarani e Simá: propostas indianistas para o romance brasileiro no século XIX.. *In: Germana Maria Araújo Sales; Marlí Tereza Furtado; Sérgio Nazar David (orgs.)*. **Interpretação do texto. Leitura do contexto**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, v. 1, p. 67-84.

GIDDENS, A.. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDIM, N. A. **Representação da conquista da Amazônia em Simá, Beiradão e Galvez, o imperador do Acre: ficção e história**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1996.

GONDIM, N.. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GONDIM, N.. Apresentação. *In: AMAZONAS, L. Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas*. 3. Ed. Manaus: Valer, 2011.

GONDIM, N.. O Nacional e o Regional na Prosa de Ficção do Amazonas. *In: Leituras do Amazonas: Revista Internacional de Arte e Cultura*. Ano II, n.º 2 (jan./dez., 2000). Manaus: Valer, 2002.

GONDIM, N.. **Simá, Beiradão e Galvez, Imperador do Acre - Amazônia: Ficção e**

História. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

GRECCO, G. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n.6, 2014, p.39-53.

HALL, S. "Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite". *In*: HALL, S. (Org.). LivSovik. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.95-120,2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Thomás Tadeu da Silva; Guaciara Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira,2006.

HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, S. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, T. T. (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HUMPHREY, R. **O Fluxo da consciência**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

JAMESON, F. O romance histórico ainda é possível? Tradução: Hugo Mader. Revista: **Novos Estudos**. São Paulo, n.77, p. 185-203, mar. 2007

LIPOVETSKY, G.. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla,2004.

LOPES, M. P. O romance de autoria feminina no Acre: historicidade e regionalismo. **Inventário** (UFBA), v. 6, p. 79-93 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, G.. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTÍNEZ, L.F.P. A pesquisa qualitativa crítica. *In*: **Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 138- 152. ISBN 978-85-3930-354-0

MATA, I.. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, vol.14, n. 1, janeiro-abril, 2014, p.27-42.

MATTELART, A.. NEVEU, E.. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola, 2004. 215p.

MAX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S.D.

McCLINTOCK, A.. "The Angel of Progress: pitfalls of the term post-colonialism". **Social Text**, n. 31/32, Third World and Post-Colonial Issues, p. 84-98,

1992.

MIGNOLO, W.. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324,2008.

MISHRA, V; HODGE, B.. What is a Post-colonialism? *In*: WILLIAMS, P.; CHRISMAN, L. **Colonial Discourse/Post-colonial Theory**. New York: Columbia University Press, 1993. p. 276-303.

MOISÉS, M.. **A literatura portuguesa**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

MOISÉS, M.. **Romantismo, realismo**. 5. ed. São Paulo: Difel, 2003.

MONTEIRO, M. Y. **Fatos da Literatura Amazonense**. Manaus: Imprensa Oficial, 1976.

MORAIS, P.D. MORAIS, J.D. **O Amapá em Perspectivas: uma abordagem geográfica**. Macapá: J. M, 2005.

MUNANGA, K.. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**[S.l.: s.n.], 2004.

MUNANGA, K.. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. *In*: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, L.F; CANDAU, V.M.F.. Pedagogia de colonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.** [online]. 2010, vol.26, n.1, pp.15-40.

PAGNAN, C. L. **Manual compacto de Literatura Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2010. v. 1. 375p.

PAOLINELLI, L. M. A. **O romance histórico e José de Alencar**. Tese de doutorado. Funchal: Universidade da Madeira, 2004.

QUEIROZ, A. J. F.. **Narrativas em trânsito: literatura, fronteiras e língua(gens) do Alto Amazonas no romance Simá (1857)**. 2009.Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

QUEIROZ, A.J.F.; LIMA, S.. Simá: o (não) lugar da ficção amazônica na historiografia do romance brasileiro. *In*: **XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada**. São Paulo, 2008. Disponível em:http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/Abralic2008/A_MILTON_QUEIROZ.pdf. Acesso em:04 set.2019.

QUIJANO, A.. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-**

americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, A.. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos.** v.17, n.37, 2002, p. 04-28.

QUIJANO, A. "Colonialidad y Modernidad-razionalidad". *In*: BONILLO H. **Los conquistados.** Bogotá: Tercer Mundo Ediciones, FLACSO; 1992, p. 437-449

REIS, A.F. **A Amazônia e a Cobiça Internacional.** 5 Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

RONCARI, L.. **Literatura brasileira:** dos primeiros cronistas aos últimos românticos. São Paulo: Edusp, 1995.

SAID, E.. **Humanismo e crítica democrática.** Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. Letras, 2007.

SAID, E.. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SANTOS, B.S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. Centro de Estudos Sociais: **Travessias,** Coimbra, n. 6-7, p. 15-36, 2008.

SANTOS, F.R. **História do Amapá.** Macapá: Valcon, 1994.

SANTOS, B.S. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHÜLER, D.. **Literatura grega.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SCHÜLER, D.. **Teoria do romance.** São Paulo: Ática, 1989.

SHOHAT, E. Notes on the "post-colonial". **Social Text,** Third World and PostColonial Issues, Duke University Press, 1992, p. 99-113. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/466220?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 04. set. 2019.

SILVA, F. A.. **História do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, T.T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOARES, A. **Gêneros Literários.** 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SOUZA, M. **A expressão amazonense do colonialismo ao neocolonialismo.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

SPIVAK, G. C.. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Tradução: Sandra Regina Goulart

Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ANEXO A – PÁGINAS DO LIVRO ORIGINAL

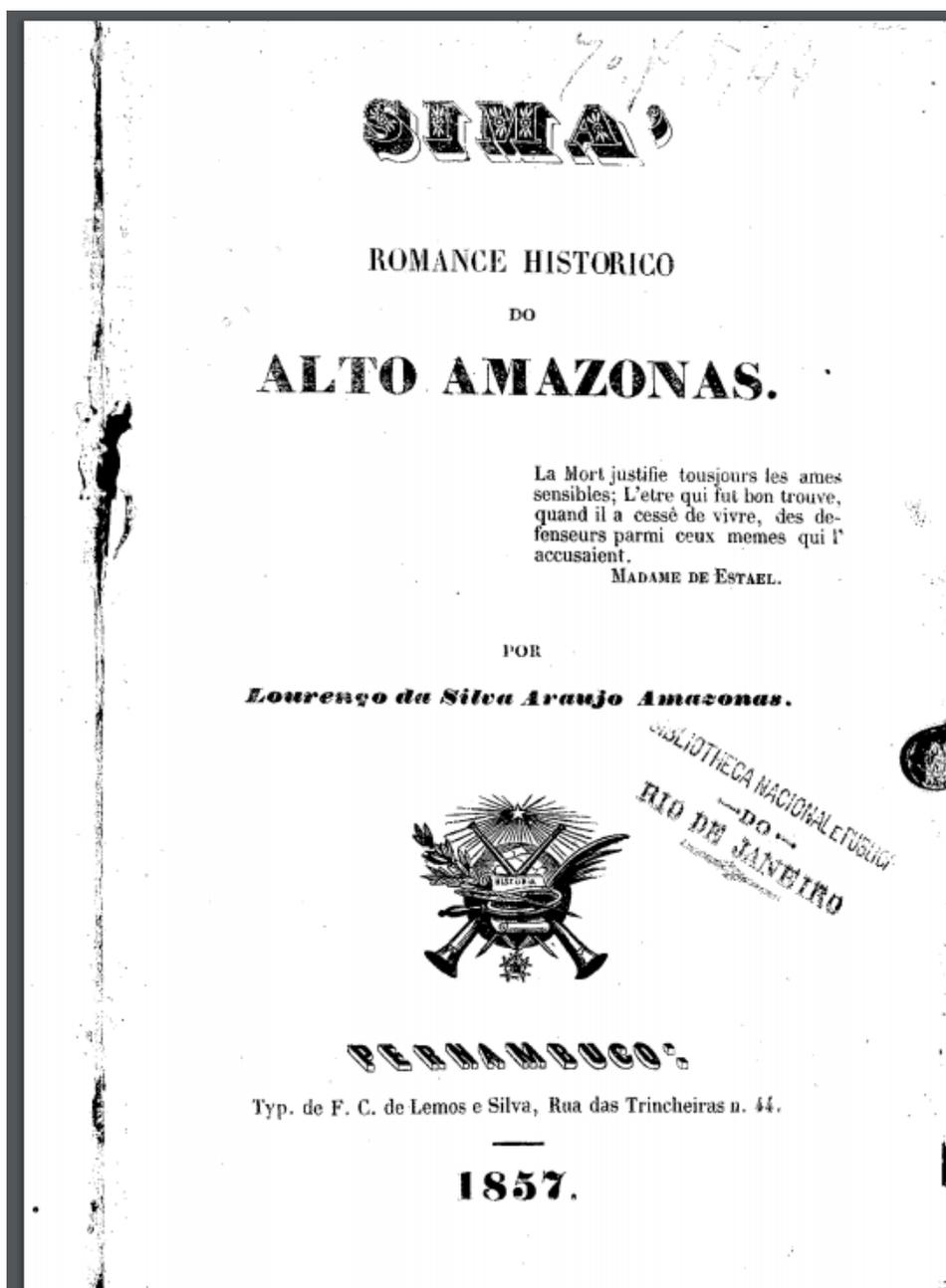
Acervo: Biblioteca Nacional Digital Brasil

Tipo do documento: Livro

Idioma: Português

Autor: Amazonas, Lourenço da Silva Araújo (1803-1864)

Editora: Pernambuco, Recife - 258 páginas



ANEXO B - REEDIÇÕES DA OBRA

Neide Gondim Pinto (PUCRS, 1996)
Amilton Queiroz (UFAC, 2008)
Marli Teresa Furtado (UFPA, 2012)
Maison Antônio dos Anjos Batista (UEA, 2018)

